

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília/DF – 2017

**Ministério das Cidades
Secretaria Nacional de Habitação**

Relatório de Gestão do exercício de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016, APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 63/2010, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 154/2016 E DA PORTARIA TCU Nº 50/2016.

Unidades Gestoras relacionadas:

**560005
560015
560017
560018
560019
560020**

Unidade responsável: Secretaria Nacional de Habitação

Brasília/DF - 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
AF – Agente Financeiro
AIO - Autorização de Início de Objeto
BDU – Base de Dados Única
CBTU – Companhia Brasileira dos Transportes Urbanos
CCFDS - Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
CEF - Caixa Econômica Federal
CGRH – Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU - Controladoria Geral da União
CHA - Conhecimentos, Habilidades e Atitudes
CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Administração
CTECH - Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico de Habitação
DAS – Direção e Assessoramento Superiores
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DHAB - Departamento de Produção Habitacional
DICT - Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica
DMH – Departamento de Melhoria Habitacional
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DPH – Departamento de Melhoria Habitacional
DU – Departamento de Urbanização
DUAP – Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários
EAD – Ensino à Distância
EGP - Escritório de gerenciamento de Projetos
EO - Entidade Organizadora
E-OUV – Ouvidoria Eletrônica
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FCPE – Funções Comissionadas do Poder Executivo
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FJP - Fundação João Pinheiro
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEATO - Gerência Nacional de Acompanhamento do Desempenho Técnico-Operacional
GGEST – Gerência de Gestão
GGI - Grupo de Gestão Integrada
HBB – Habitar Brasil BID
HIS - Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Instituições Financeiras
LOA - Lei Orçamentária Anual
MBE – *Master Business Economy*
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PCF – Prestação de Contas Final
PJ – Pessoa Jurídica
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNH - Política Nacional de Habitação
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PSC – Programa de Crédito Solidário
PSH – Programa de Habitação de Interesse Social
RP - Restos a Pagar
SACI – Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimento
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEMOB – Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana
SEPAC – Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
SESU - Secretaria de Educação Superior
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SiAC - Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Serviço de Informação ao Contribuinte
SiMaC - Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos
SiNAT - Sistema Nacional de Avaliação Técnica e Produtos Inovadores
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SNDU – Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento
SPA - Síntese de Projeto Aprovado
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TC - Termo de Compromisso
TCU - Tribunal de Contas da União
TRENSURB – Empresa de Transportes Urbanos
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UG - Unidade Gestora
UH - Unidades Habitacionais

UO - Unidade Orçamentária

UPC - Unidade Prestadora de Contas

VBA – *Visual Basic for Applications*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das operações obra PAC 1 – Ação 10S3	23
Tabela 2 - Resumo das Operações Obra PAC 2 – Ação 10S3	24
Tabela 3 – Resumo das operações inseridas na Portaria nº 348, de 14 de novembro de 2016.	26
Tabela 4 - Situação das Obras PMCMV	30
Tabela 5 – Quantidade de operações contratadas e valor de investimento por macrorregião do IBGE e por estado da federação.....	34
Tabela 6 – Previsão de Metas Físicas x Contratado em 2016	37
Tabela 7 - Evolução das obras contratadas no âmbito da primeira oferta pública	39
Tabela 8 - Evolução das obras contratadas no âmbito da segunda oferta pública.....	40
Tabela 9 – Operações PAC – atrasadas / paralisadas	51
Tabela 10 - Operações NÃO PAC – atrasadas / paralisadas	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre as áreas da SNH – conforme Anexo II Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003.....	12
Quadro 2 - Informações sobre as áreas da SNH – conforme Anexo I nº 8.927 de 8 de dezembro de 2016.....	13
Quadro 3 - MACROPROCESSO 1: GESTÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - URBANIZAÇÃO.....	14
Quadro 4 – Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.....	16
Quadro 5 – Ação 10S3 - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC.....	22
Quadro 6 – Resumo das Operações Obra PAC 1 e 2 – Ação 10S3 – Paralisadas.....	25
Quadro 7 – Ação 00AF - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC.....	29
Quadro 8– Ação 00CW - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC	31
Quadro 9– Ação 00CX - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC.....	33
Quadro 10 – Ação 00CY Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC.....	36
Quadro 11 - Região e Orçamento – 2015 - PMCMV Entidades.....	36
Quadro 12– Ação 0E64 Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC.....	38
Quadro 13 – Ação 20Z9 Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC.....	44
Quadro 14 – Informação das Ações não Previstas LOA 2016 - Restos a Pagar – Ação 0644	45
Quadro 15 - Informações das Ações não Previstas LOA 2016 - Restos a Pagar – Ação 8873	46
Quadro 16 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	47

Quadro 17 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	49
Quadro 18 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	49
Quadro 19 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	49
Quadro 20 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	50
Quadro 21 – Situação no SIAFI dos contratos firmados pela SNH – UG Executora 175004	50
Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação	52
Quadro 23 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	53
Quadro 24 – Indicadores utilizados pela UPC no PPA	55
Quadro 25 - Força de Trabalho da UPC	58
Quadro 26 – Distribuição da Lotação Efetiva	59
Quadro 27 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	59
Quadro 28 - Despesas do pessoal	60
Quadro 29 – Cursos ou atividades de capacitação para servidores oferecidos no âmbito da CGRH	61
Quadro 30 – Cursos oferecidos por outros órgãos governamentais	62
Quadro 31 – Cursos oferecidos pelo portal Capacidades, que tiveram a participação de discentes da SNH.....	63
Quadro 32– Demanda por novos cursos de capacitação para os servidores da SNH.....	64
Quadro 33 – Demonstrativo de contratações de estagiários – Ano 2015.....	65
Quadro 34 – Demonstrativo de contratações de estagiários – Ano 2016.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional da SNH – conforme Anexo I Decreto nº 8.927/2016	12
Figura 2 – Situação do Desenvolvimento dos Planos Táticos das Secretarias vinculadas ao MCidades	18
Figura 3 – Variação mensal dos atendimentos do SIC – SNH – exercício 2016	67
Figura 4 – Variação mensal dos atendimentos E-ouv – exercício 2016.....	68

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	11
3.1 Finalidade e Competência	11
3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade.....	11
3.3 Organograma	12
3.4 Macroprocessos Finalísticos.....	13
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	17
4.1 Planejamento Organizacional.....	17
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	18
4.3 Desempenho orçamentário	19
4.4 Desempenho Operacional.....	54
5 GOVERNANÇA	56
5.1 Descrição das estruturas de governança	56
5.2 Gestão de riscos e controles internos.....	57
6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	58
6.1 Gestão de pessoas	58
7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	67
7.1 Canais de acesso do cidadão.....	67
7.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações ..	68
8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	69
9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE – CONTROLE INTERNO	70
9.1 Atendimento das determinações e recomendações do TCU	70
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	71
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	71

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por escopo a gestão dos programas e ações de responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), no âmbito das Unidades Gestoras 560005, 560015, 560017, 560018, 560019 e 560020, nos termos das determinações da Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

No decorrer do relatório de gestão são apresentadas as informações sobre a Unidade Prestadora de Contas (UPC) SNH e o Programa Moradia Digna no âmbito da Unidade Orçamentária (UO) 56101. A unidade é responsável pela gestão e elaboração de diretrizes e normas para execução do Programa Moradia Digna, que visa atender a Política Nacional de Habitação (PNH). A PNH estabelece o planejamento do setor habitacional, garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda.

O Programa Moradia Digna faz parte dos programas do Plano Plurianual no período de 2016-2019 (PPA 2016-2019). É executado por meio de duas Unidades Orçamentárias: UO 56101 (SNH/MCidades) e 56902 (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS).

As informações do Programa Moradia Digna executados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) estão dispostos em relatório próprio da UO 56902.

O relatório foi desenvolvido em consonância com as disposições da instrução normativa TCU nº 63/2010, da decisão normativa TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 50/2016.

A visão geral da UPC está apresentada no item 3, que discorre sobre a finalidade, competência e normas da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) além do seu ambiente de atuação, o organograma funcional e macroprocessos finalísticos.

O item 4 contempla o planejamento organizacional da SNH, o desempenho orçamentário e operacional e os resultados alcançados em 2016.

As informações sobre governança no âmbito da SNH está contida no item 5. O item 6 apresenta as áreas especiais da Gestão e o item 7 trata do relacionamento com a sociedade.

O item 8 engloba o desempenho financeiro e informações contábeis. Os temas desse item serão apresentados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

Quanto ao item 9 – Conformidade da gestão e demandas de Órgãos de Controle – Controle Interno, serão apresentados no relatório os subitens: 9.1 - Atendimento das determinações e recomendações do TCU; 9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno, e 9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário. O subitem 9.4 – Informações sobre as ações de publicidade e propaganda não se aplicam a essa UPC.

Outros Itens de Informação apresentará o Rol de Responsáveis, que está inserido diretamente no site do e-contas e as declarações da UPC (de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do contador sobre a fidedignidade dos

registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI).

As declarações listadas a seguir serão apresentadas no relatório de gestão da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades: de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões; de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993, quanto à entrega das declarações de bens e rendas e sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA TCU Nº 50 – CONTEÚDOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Finalidade e Competência

A Secretaria Nacional de Habitação (SNH), unidade integrante da estrutura do Ministério das Cidades (MCidades), é responsável por formular e propor, acompanhar e avaliar os instrumentos para implementação da Política Nacional de Habitação (PNE), em articulação com as demais políticas públicas e com instituições e os órgãos voltados para o desenvolvimento urbano, regional e social, visando à universalização do acesso à moradia, incluindo a rural.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade

A estrutura do MCidades foi alterada, no exercício de 2016, pelo Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério das Cidades, remanejou cargos em comissão e substituiu cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

A Secretaria Nacional de Habitação (SNH) promove e acompanha a consolidação e a modernização da legislação do setor habitacional, coordena ações que incluem desde o apoio técnico aos entes federados e as organizações da sociedade na gestão dos programas habitacionais, elabora diretrizes nacionais com o objetivo de captação de recursos para investimentos em habitação e propõe mecanismos de participação e controle social das ações do programa.

A Secretaria promove e acompanha ações para o desenvolvimento e difusão tecnológica para melhoria da qualidade da cadeia produtiva da indústria da construção civil, supervisiona as atividades de planejamento, orçamento e gestão em articulação com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA). Além disso, avalia o desempenho físico-financeiro das ações e programas sob sua responsabilidade elaborando relatórios gerenciais para tomada de decisões.

A SNH tem por atribuição administrar, operar e manter atualizado o Sistema Nacional de Informação sobre Habitação, promovendo a sua disseminação em articulação com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Cabe ainda à SNH coordenar e apoiar as atividades referentes à área de habitação no Conselho das Cidades, exercer as atribuições inerentes ao Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação e apoiar tecnicamente o Ministro de Estado na condução do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

3.3 Organograma

A figura abaixo apresenta o novo organograma da SNH.

Figura 1 - Organograma Funcional da SNH – conforme Anexo I Decreto nº 8.927/2016



- DMH – Departamento de Melhoria Habitacional
- DPH – Departamento de Produção de Habitacional
- DU – Departamento de Urbanização

O Quadro 1 apresenta as informações sobre áreas estratégicas que integraram a estrutura da SNH, até o dia 08 de dezembro de 2016, amparado pelo Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003

Em função da alteração da estrutura do MCidades, os departamentos e competências foram alterados de acordo com o Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, conforme consta no Quadro 2.

Quadro 1 - Informações sobre as áreas da SNH – conforme Anexo II Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003

Áreas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DHAB	É responsável pela gestão e implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Mirna Quinderé Belmino Chaves	Diretora	01/01/2016 a 31/05/2016
		Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Diretor	16/08/2016 a 08/12/2016
DUAP	É responsável por propor a elaboração e promover a implementação de programas de apoio ao setor público e entidades civis sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários e ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.	Alessandra d'Ávila Vieira	Diretora	01/01/16 a 08/12/2016
DICT	Atua diretamente na promoção da Política Nacional de Habitação, do PlanHab e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - Responsável por desenvolver estudos e pesquisas que permitam, por um lado, aprimorar a metodologia de cálculo do déficit habitacional no país e, por outro, fornecer embasamento técnico que viabilize o desenho de políticas habitacionais eficientes, eficazes e socialmente inclusivas.	Júnia Santa Rosa	Diretora	01/01/16 a 09/05/2016
		Álvaro César Lourenço	Diretor	16/08/2016 a 08/12/2016

Quadro 2 - Informações sobre as áreas da SNH – conforme Anexo I nº 8.927 de 8 de dezembro de 2016

Áreas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DMH	É responsável por propor: <ul style="list-style-type: none"> o a formulação, a articulação e o acompanhamento de programas e ações que envolvam a concessão de subsídios para a melhoria habitacional; o a elaboração, a promoção e a implementação de programas de melhoria habitacional, assistência técnica à autoconstrução e ao mutirão; o a articulação de programas e ações voltados à melhoria habitacional com recursos e com financiamentos gerenciados pela União e o a elaboração e promover a implementação de programa de melhoria habitacional em parceria com o poder público local. 	Álvaro César Lourenço	Diretor	09/12/2016 a 31/12/2016
DPH	É responsável por propor: <ul style="list-style-type: none"> o a formulação, articulação e acompanhamento de programas e ações que envolvam a concessão de subsídios; o a elaboração, promoção e implementação de programas de produção habitacional, lotes urbanizados, assistência técnica e à autoconstrução e ao mutirão, o arrendamento e à locação social, e à melhoria de moradias para a área rural; o a articulação de programas e ações voltados à produção habitacional com recursos e com financiamentos gerenciados pela União e o a elaboração e promover a implementação de programas de crédito para aquisição do imóvel nas condições do mercado imobiliário. 	Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Diretor	09/12/2016 a 31/12/2016
DUR	É responsável por propor: <ul style="list-style-type: none"> o a elaboração e promover a implementação de programas de requalificação urbanística de bairros periféricos, de urbanização e regularização de favelas e loteamentos ilegais, de recuperação e prevenção de áreas de risco e áreas habitadas de preservação ambiental e o a elaboração e promover a implementação de programas de reforma de cortiços e de requalificação urbanística de áreas centrais degradadas. 	Alessandra d'Ávila Vieira	Diretora	09/12/16 a 31/12/16

3.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos da Secretaria Nacional de Habitação foram definidos a partir dos objetivos previstos no PPA 2016-2019, e de acordo com competências regimentais e legais de cada Departamento da Secretaria, bem como a reorganização do Ministério das Cidades.

3.4.1 Macroprocesso 1: Gestão do PAC URBANIZAÇÃO

O Quadro 3 apresenta o macroprocesso da Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento e tem por objetivo melhorar a condição de vida das famílias de baixa

renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Quadro 3 - MACROPROCESSO 1: GESTÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - URBANIZAÇÃO

PROCESSO	PRODUTOS	CLIENTES	NECESSIDADES
Aprimoramento das Regras do Programa	Normativos e Manuais	Estados, Municípios, Entidades Privadas sem fins lucrativos.	Aprimorar as regras visando redução de entraves que impactam no início e desenvolvimento das iniciativas.
Acompanhamento da Execução das Ações	Obras de habitação e infraestrutura, além de atividades de regularização fundiária e de inclusão socioambiental.	Estados, Municípios, Entidades Privadas sem fins lucrativos.	Aprimorar os processos de repactuação de metas para os contratos paralisados ou com baixa execução.
	Projetos de habitação, infraestrutura, regularização fundiária, recuperação ambiental e trabalho social	Estados, Municípios, Entidades Privadas sem fins lucrativos.	Atualizar orientações operacionais e regras normativas que garantam que o produto final estará enquadrado dentro dos conceitos dos programas geridos por esta Secretaria, visando superar as condições de precariedade habitacional de áreas irregulares, ambientalmente frágeis e expostas a riscos, habitadas por população de baixa renda.
Gestão Orçamentária e Financeira	Manutenção dos saldos de empenho, e da liberação de recursos financeiros em valores compatíveis e suficientes para execução dos projetos	Estados, Municípios, Entidades Privadas sem fins lucrativos	A partir das informações de acompanhamento dos Contratos de Repasse e Termos de Compromisso repassados à SNH pela CEF, os valores são transferidos de acordo com o ritmo de execução das operações.
Monitoramento e Avaliação	Aplicativos operacionais que auxiliem no monitoramento e matrizes de avaliação do programa.	Secretaria Nacional de Habitação / MCidades	Estabelecer cooperações com foco na proposição de aprimoramentos aos programas geridos pela SNH. Reestruturação dos bancos de informações, atividade coordenada pela Secretaria Executiva deste MCidades.

3.4.2 Macroprocesso 2: Gestão do PBQP-H

O PBQP-H fundamenta seu arranjo institucional na gestão compartilhada, contando, para isso, com uma estrutura composta por: uma Coordenação Geral; um Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH), instituído pela Portaria Interministerial nº 5, de 16 de fevereiro de 1998; Comissões e Comitês Técnicos relacionados aos Sistemas do PBQP-H; e um Grupo de Assessoramento Técnico. A Coordenação Geral é exercida no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação, e às Comissões Nacionais, constituído pelos setores público e privado,

competem planejar, operacionalizar e divulgar as ações necessárias para a consecução dos objetivos do Programa.

A gestão compartilhada fundamenta-se em parcerias, onde o setor público exerce o papel de indução, mobilização e sensibilização da cadeia produtiva. Essa parceria se dá de forma transparente, baseada fundamentalmente em discussões técnicas no âmbito dos colegiados do PBQP-H, respeitando a capacidade de resposta do setor e as diferentes realidades regionais. Buscam-se, com esse processo, metas e ações consensuadas por todas as partes envolvidas, com base em um diagnóstico conjunto feito pelo governo e setor privado.

O CTECH, comitê de caráter interministerial ligado à Secretaria Nacional de Habitação, conta com a participação do Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente, além de representantes da cadeia produtiva da construção civil, servindo como fórum de participação do setor na discussão das ações a serem implementadas pelo Programa em âmbito nacional.

Quanto ao processo de implementação, o Programa desenvolveu-se em nível nacional por meio de três fases: sensibilização; programas setoriais; e acordos setoriais da cadeia produtiva com o setor público, agentes financeiros e sociedade civil. Todas as fases envolvem agentes da cadeia produtiva, agentes do setor público, agentes financiadores e de fomento, agentes de fiscalização e de direito econômico e consumidores e sociedade em geral.

O Programa adotou, em seu processo inicial de implementação, a regionalização estadual. Essa regionalização, que considerou os limites geográficos e a situação sócio-política dos Estados, atendeu às diretrizes do Programa: atuação integrada do poder público e parceria entre agentes públicos e privados; fortalecimento da estrutura produtiva do setor, no que diz respeito à sua capacidade tecnológica e gerencial; e estímulo à implementação de programas evolutivos de aperfeiçoamento da qualidade e aumento da produtividade, por parte dos participantes do programa. O processo de sensibilização abrangeu os 27 Estados da Federação - com a adesão de 24 Estados, dos quais 11 publicaram decretos. Atualmente, dada a sua capilaridade, o Programa atua com abrangência nacional por meio de acordos setoriais nacionais.

Dentre as estratégias de implementação do Programa, a inserção do uso do poder de compra pode ser considerada uma das mais importantes. Trata-se de uma forma de proteger os que produzem com qualidade, e garantir a boa aplicação dos recursos públicos em licitações e contratos. O programa tem uma visão sistêmica do poder de compra, que não se limita aos agentes financiadores e ao contratante público.

O consumidor final ocupa uma posição fundamental no que diz respeito ao poder de compra: como regulador do mercado, através dos seus direitos de cidadão ao adquirir um imóvel de uma construtora certificada, comprar materiais em conformidade com os padrões de qualidade e adquirir tecnologia inovadora avaliada com base no conceito de desempenho, privilegiando os aspectos de Segurança, Habitabilidade e Sustentabilidade nas unidades habitacionais.

3.4.3 Macroprocesso 3: Gestão do PMCMV

O quadro abaixo apresenta o macroprocesso do Programa Minha Casa, Minha Vida. Tem por objetivo ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre

diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Quadro 4 – Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

PROCESSO	PRODUTOS	CLIENTES	NECESSIDADES
Aprimoramento das regras do programa	Normativos	Estados, municípios, Entidades sem fins lucrativos, empresas do setor da construção civil, Instituições e Agentes Financeiros.	Aprimorar as regras visando a redução de entraves e o aperfeiçoamento do programa.
Gestão Orçamentária e Financeira	Acompanhamento e Monitoramento dos valores empenhados e pagos no âmbito do programa	Estados, municípios, Entidades sem fins lucrativos, empresas do setor da construção civil, Instituições e Agentes Financeiros.	Aporte de recursos aportados aos Fundos, objetivando a cobertura dos custos com as aquisições de unidades habitacionais, quais sejam: aqueles relativos à execução do empreendimento (aquisição de terreno e execução de obras físicas), pagamento de subsídios, ressarcimento de custos operacionais, dentre outros.
Acompanhamento e monitoramento do programa	Relatórios e balanços do programa	Secretaria Nacional de Habitação/ Ministério das Cidades.	Apoiar o acompanhamento e monitoramento do programa

3.4.4 Principais Parceiros da Secretaria Nacional de Habitação

A atuação da SNH na execução do Programa Moradia Digna se dá por meio da participação de diversos agentes, que exercem papéis distintos, dentre eles Governos Estaduais e Municipais, organizações não governamentais e da sociedade civil de interesse público, Caixa Econômica Federal, Banco Mundial, SESu – MEC – PROEXT e Financiadora de Estudos, Fundação João Pinheiro (FJP) e Projetos (FINEP).

Ao longo de 2016, não foram firmados novos termos de cooperação com as Universidades Federais. A seguir breve relato da situação da consecução de algumas cooperações:

- **Universidade Federal do ABC (UFABC)**

No ano de 2016 deu-se continuidade dessa Cooperação Técnica com essa Instituição tem como objetivo apoiar os governos locais na identificação de aptidão de áreas para a produção de habitação de interesse social, visando à adequada inserção urbana de empreendimentos do MCMV para o fortalecimento da sua sustentabilidade.

- **Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)**

Alinhada com a Cooperação anterior, dentro da Agenda Minha Casa + Sustentável, foi firmada parceria com a UFSCar que tem como objetivo desenvolver princípios de projeto mais sustentáveis e apropriados para a melhoria dos projetos e das habitações de interesse social.

- **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

O objetivo dessa parceria é o desenvolvimento e realização de curso na modalidade à distância com vistas a capacitar os agentes que atuam nas modalidades PMCMV-Entidades e PMCMV-Rural. No entanto, teve seu início adiado em função das revisões e aprimoramentos normativos, com retomada prevista em 2017.

- **Universidade Federal Fluminense (UFF)**

Em 2016, deu-se a continuidade na parceria com a UFF que visa atualizar o estudo denominado “Demanda futura por moradia social no Brasil 2003–2023: uma abordagem demográfica” para o horizonte temporal 2010–2040, em diferentes níveis territoriais.

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

Este item do relatório aborda o planejamento da SNH e os resultados alcançados no âmbito da unidade orçamentária (UO) 56101, contemplando entre outros: planejamento organizacional, formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos e desempenhos orçamentário e operacional. Além disso, a apresentação e análise de indicadores de desempenho.

A atuação da Secretaria Nacional de Habitação – no exercício de 2016 – foi baseada no Plano de Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social – PPA 2016 – 2019.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Programa Moradia Digna (2049) é dividido em objetivos estratégicos, conforme detalhado abaixo:

- Objetivo 0382: Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários
- Objetivo: 0383: Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- Objetivo 0384: Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.
- Objetivo 0385: Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.
- Objetivo 0755: Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Em 2016 foi criado o Programa Cartão Reforma, vinculado ao objetivo 0383 do PPA 2016-2019, por meio da Medida Provisória (MP) nº 751 de 2016 de 09 de novembro de 2016 - Publicada no DOU de 10.11.2016.

O Cartão Reforma é uma iniciativa do Governo Federal que busca melhorar as condições das moradias de famílias de baixa renda e tem por finalidade a concessão de subvenção econômica para compra de materiais de construção e viabilização de assistência técnica de profissionais da área de construção civil e assistência social às famílias a serem beneficiadas, de forma a possibilitar a reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais.

O programa tem como objetivo ampliar o catálogo das ações do governo orientadas a garantir, aos cidadãos, condições mínimas para que possam viver com

dignidade. Além de ser um mecanismo alternativo e complementar à tradicional política de construção de novas unidades habitacionais do país.

O Cartão Reforma tem um campo de atuação ampliado, abrangência em todo o território nacional e orientado à redução do déficit de qualidade habitacional. A previsão orçamentária para o programa no exercício de 2017 é de um bilhão de reais e a meta é atender 170 mil famílias com serviços de melhoria habitacional.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

No exercício de 2016, o desenvolvimento do planejamento tático da SNH ficou prejudicado em função das alterações na estrutura regimental da Secretaria e do MCidades. O Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), estrutura integrante da Secretaria-Executiva dessa pasta, está desenvolvendo ações que possibilitarão a implementação do Plano Estratégico das Secretarias Finalísticas e Unidades do MCidades.

Vale ressaltar a continuidade desse processo de elaboração dos planos estratégicos pelo EGP no ano de 2017, de forma a atender toda a estrutura do MCidades. a figura a seguir representa a situação atual do trabalho de desenvolvimento dos planos táticos - realizado pelo EGP.

Figura 2 – Situação do Desenvolvimento dos Planos Táticos das Secretarias vinculadas ao MCidades

PLANOS ESTRATÉGICOS DAS UNIDADES (nível tático da gestão estratégica)				DOCUMENTOS
SNSA			Indicadores Estratégicos SNSA	Portaria de aprovação dos indicadores da SNSA
SNH				
SEMOB	Mapa Estratégico da SEMOB			
SNDU				
DENATRAN	Mapa Estratégico DENATRAN	Iniciativas Estratégicas DENATRAN		Portaria de aprovação do Plano Estratégico Denatran Plano Estratégico DENATRAN_2017 - completo
CBTU	Mapa Estratégico CBTU	Iniciativas Estratégicas CBTU	Indicadores Estratégicos CBTU	Plano Estratégico CBTU 2015-2019 - completo
TRENSURB	Mapa Estratégico TRENSURB	Iniciativas Estratégicas TRENSURB	Indicadores Estratégicos TRENSURB	Planejamento Estratégico TRENSURB 2016-2020 - completo

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Com a conclusão das atividades e documentos previsto para os planos estratégicos das Unidades do MCidades pelo EGP, será possível a plena integração entre os planos setoriais e o planejamento estratégico do Ministério.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O EGP do MCidades tem como proposta estabelecer o conjunto de indicadores de desempenho visando à mensuração da efetividade dos programas, geridos pelo Ministério das Cidades. Desempenho orçamentário

4.3 Desempenho orçamentário

Esse subitem apresenta os objetivos estabelecidos no PPA e os resultados alcançados pelo Programa Moradia Digna, a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual (LOA), os fatores intervenientes no desempenho orçamentário, as obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento, os restos a pagar de exercícios anteriores, a execução descentralizada com transferência de recursos, o desempenho operacional e a apresentação e análise de indicadores de desempenho.

Dentre os objetivos de responsabilidade da UPC listados acima, destaca-se o objetivo 0383 - Programa Minha Casa, Minha Vida.

A terceira fase do programa foi iniciada em 2015, originalmente com a meta de contratar, até dezembro de 2018, 3 milhões de unidades habitacionais.

Contudo, a partir de 2015, o ritmo de contratação foi ajustado à disponibilidade orçamentária e financeira estabelecida para o PMCMV no ano, alinhada com a gestão de recursos conduzida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e consoante com a desaceleração econômica experimentada pelo país.

Nesse sentido, nos últimos dois anos, as contratações nas modalidades destinadas a famílias com renda mensal até R\$ 1.800,00 – Faixa 01 – foram consideravelmente reduzidas.

A interrupção nas contratações do programa a partir de 2015 trouxe maior equilíbrio entre o valor contratado e o orçamento disponível para o programa.

Principais medidas de gestão adotadas no exercício

Considerando o cenário macroeconômico e a consequente restrição das liberações de recursos financeiros pela STN, que gerou impactos negativos na cadeia produtiva, na geração ou manutenção de postos de trabalho e para a execução e entrega dos empreendimentos aos beneficiários, foram adotadas as seguintes medidas, que tiveram impacto no exercício de 2016:

- A operação de que trata o art. 30-A da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, com a redação dada pela Resolução nº 783, de 7 de outubro 2015, do Conselho Curador do FGTS, que permitiu a aquisição, por pessoas físicas, de unidades produzidas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, com descontos para fins de pagamento de parte do valor do imóvel, possibilitou o aporte, em 2016, de R\$ 4.800.000.000,00 ao referido fundo;
- Edição da Portaria Interministerial nº 98, de 31 de março de 2016, de lavra dos Ministros de Estado das Cidades, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Fazenda, que reduziu, de 17,5% para 10,0%, a parcela a ser paga com recursos do Orçamento-Geral da União, de forma complementar aos descontos concedidos pelo FGTS para pagamento de parte do valor de aquisição dos imóveis e redução das prestações, que permitiu a ampliação da meta de contratação, tendo em vista que o FGTS possui condições de arcar com a diferença, sem prejuízo de seu equilíbrio econômico-financeiro; e
- Edição das Portarias Interministeriais nº 99 e nº 96, de 30 de março de 2016, ambas dos Ministérios das Cidades, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Fazenda, que elevou o valor das 120 parcelas a serem pagas, mensalmente, pelos beneficiários de empreendimentos produzidos, no âmbito do PMCMV, com recursos do FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, que passaram a se situar em intervalo de 10 a 15% da renda familiar, no caso do FAR, e de 10 a 20% no caso do FDS, tendo em vista que o Programa

Minha Casa, Minha Vida – Entidades permite, em caráter excepcional, o atendimento de famílias com renda limitada a R\$ 2.350,00.

As supramencionadas medidas, somadas à decisão da Secretaria Nacional de Habitação de priorizar a retomada de obras paralisadas e a conclusão de empreendimentos em andamento, em detrimento da realização de novas contratações, refletiram no fluxo financeiro do Orçamento Geral da União para reconstituição do FAR, possibilitando o pagamento das unidades habitacionais pelo Fundo de forma mais tempestiva.

Ressalta-se ainda, a realização de ciclo de reuniões com os Agentes Financeiros e com o Gestor Operacional do PMCMV com objetivo de propor ações para a retomada de obras paralisadas. Como resultado desse esforço, foram retomadas obras de 85 empreendimentos que estavam paralisados, totalizando 28.046 unidades habitacionais. As retomadas de obras prosseguirão em 2017.

Cabe destacar que todas as solicitações de recursos das Instituições Financeiras foram tempestivamente atendidas pelo Ministério das Cidades.

Ainda em 2016, registram-se as seguintes alterações introduzidas por ocasião do início da terceira etapa do PMCMV:

- Introdução de uma nova faixa de renda nos financiamentos com recursos do FGTS, denominada Faixa 1,5, para atendimento de famílias com renda mensal de até R\$ 2.350,00, cujo desconto para pagamento de parte do valor do imóvel pode alcançar até R\$ 45 mil, de acordo com a localidade e a renda. Além disso, em função do desconto concedido para fins de redução das prestações, que consiste na cobertura da remuneração dos agentes financeiros (taxa de administração de R\$ 25,00 mensais e diferencial de juros de 2,16% a.a.), a taxa de juros efetiva para os mutuários é de 5% a.a;
- Atualização do valor limite de renda da Faixa 1 que passou de R\$ 1.600,00 para R\$ 1.800,00 por família, expandindo os potenciais beneficiários dos maiores subsídios do programa;
- A regulamentação das especificações mínimas das unidades habitacionais e dos empreendimentos destinados ao atendimento de famílias, em áreas urbanas, enquadradas na faixa 1, foi adequada às normas de desempenho da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no sentido de conferir maior conforto térmico e acústico, com a publicação da Portaria nº 146, de 26 de abril de 2016;
- A Portaria nº 146, de 2016, visando o aumento da sustentabilidade, incorporou itens como aerador de torneira, válvula de descarga com duplo acionamento, sensor de presença nas áreas comuns, bomba de água com selo Procel e sistemas alternativos ao de aquecimento solar - não obrigatório para as regiões Norte e Nordeste – com o objetivo de redução do consumo de energia;
- A supracitada Portaria implantou, no sentido de elevar a qualidade urbanística dos empreendimentos, regras complementares aos códigos de obras municipais, com estímulo a parcelamentos com vias públicas, regras de acessibilidade previstas na NBR 9050 e a redução da quantidade máxima de unidades habitacionais por empreendimento;
- Outra medida importante para o programa foi a edição da Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016, que regulamenta os procedimentos de seleção de beneficiários dos empreendimentos produzidos com recursos do FAR e do FDS, com medidas que visam conferir maior transparência à indicação dos beneficiários contemplados pelo programa. Tendo em vista as dificuldades operacionais encontradas pelos municípios para adesão ao sistema, o prazo para adesão à referida Portaria foi prorrogado para 31 de dezembro de 2016; e

- Contratação de empreendimentos para produção de unidades habitacionais, no âmbito do PMCMV-FAR, PMCMV-Entidades e PMCMV-Rural, foi criada etapa prévia à contratação para aplicação de critérios qualitativos para fins de seleção de propostas.

Medidas permanentes de gestão

A SNH recebe expressiva quantidade de demanda por informações atinentes ao PMCMV, oriundas do público externo, seja por e-mail, telefone, Assessoria de Comunicação, Assessoria Parlamentar, ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Além disso, tramitam processos administrativos que tratam de procedimentos e atos administrativos operacionais, relativos à gestão da carteira de contratos celebrados com recursos das ações orçamentárias que lastreiam o Programa.

Destaca-se a implantação, pelo Ministério das Cidades, do Sistema Eletrônico de Informações para tramitação de processos, que possibilitou o melhor controle das demandas recebidas e respondidas.

A gestão do programa, em 2016, se concentrou em melhorar o acompanhamento financeiro e orçamentário, de forma a adequar as disponibilidades ao cenário macroeconômico e permitir que se retomem as contratações de empreendimentos em 2017.

Outra medida realizada pela equipe consistiu em monitorar as operações contratadas, que teve, como prioridade, a retomada de empreendimentos que estavam com obras paralisadas.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual (LOA) de responsabilidade da unidade

Nesse item estão descritas as informações sobre as ações orçamentárias, do Programa Moradia Digna, executadas na Unidade Orçamentária 56101. As informações orçamentárias e financeiras apresentadas nos quadros desse item foram retiradas do Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI). As consultas foram construídas conforme o manual elaborado pela Secretaria de Tesouro Nacional e foram incluídos os parâmetros desta UO:

- **Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;**
- **UG Executora:** 560005, 560012, 560017, 560019, 560020, 175004;
- **Programa:** 2049, 0909, 1136, 1128, 0810, 0310;
- **Unidade Orçamentária:** 56101.

4.3.1.1 - Ação 10S3 – Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários

Descrição geral e objetivos da ação

O objetivo da ação de urbanização de assentamentos precários é elevar os padrões de qualidade de vida das famílias de baixa renda, que vivem em assentamentos precários em localidades urbanas ou rurais, por meio da implantação de ações necessárias à regularização urbanística, fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade, visando a sua permanência ou reassentamento, com a execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social por intermédio do apoio ao poder público local.

O quadro abaixo apresenta informações da ação orçamentária 10S3 constante na LOA 2016.

Quadro 5 – Ação 10S3 - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	10S3			Tipo: Projeto		
Título	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS					
*Iniciativa						
Objetivo	Código: 0382 Tipo: Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários					
Programa	Código: 2049 Moradia Digna					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
151.667.565	121.667.565	121.667.562	27.864.332	27.864.332	0,00	93.803.229
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.487.351.218	315.318.953	182.191.180				

Fonte: TESOURO Gerencial e SIOP.

Nos valores de restos a pagar não processados está incluído o Programa 1128.

Situação atual da carteira de investimento

Os dados a seguir foram extraídos da base de informações do balanço do PAC, comparando os dados de dois exercícios, a fim de identificar as realizações no exercício 2016.

No âmbito da Ação 10S3, foram selecionados desde 2007 o montante de R\$ 18,3 bilhões, sendo R\$ 13,4 bilhões de recursos da União e R\$ 4,9 bilhões de contrapartida de Estados, Distrito Federal e Municípios. Desses investimentos, foram selecionadas 360 operações para obras, sendo 186 provenientes do PAC 1 e 174 do PAC 2.

Seguem as tabelas com informações do desempenho do conjunto de operações por fase do PAC.

A tabela 3 apresenta o resumo geral das operações, selecionadas no âmbito do PAC 1 entre os anos de 2007 e 2009, para a Ação 10S3.

Tabela 1 - Resumo das operações obra PAC 1 – Ação 10S3

Situação Geral	Quantidade		% qtde sobre selecionadas		Investimento (R\$ milhões)		% R\$ sobre selecionadas	
	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016
Selecionadas	186	186	100%	100%	10.147,52	10.118,37	100%	100%
Ativas	176	176	95%	95%	10.049,56	10.020,42	99%	99%
Canceladas	10	10	5%	5%	97,95	97,95	1%	1%
Situação das Ativas	Quantidade		% qtde sobre ativas		Investimento (R\$ milhões)		% R\$ sobre ativas	
	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016
Concluídas	22	29	13%	16%	393,63	730,69	4%	7%
Concluída Obra Física	14	18	8%	10%	562,90	683,85	6%	7%
Em execução	140	129	80%	73%	9.093,03	8.605,88	90%	86%
Realizações por exercício	Quantidade		% qtde sobre ativas		Investimento (R\$ milhões)		% R\$ sobre ativas	
	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016
Concluídas	12	7	7%	4%	267,75	337,06	3%	3%
Concluída Obra Física	4	6	2%	3%	108,87	324,61	1%	3%
Iniciadas	0	0	0%	0%	0	0	0%	0%
Canceladas	0	0	0%	0%	0	0	0%	0%

Fonte: SNH/DUAP

A partir dos dados apresentados acima, verifica-se que não houve aumento no quantitativo de operações canceladas, ou seja, 99% (noventa e nove por cento) dos recursos selecionados permanecem ativos, o que corresponde a aproximadamente R\$ 10 bilhões de investimento para 176 (cento e setenta e seis) operações, as quais se encontram integralmente em execução.

Durante o exercício de 2016, foram concluídas 7 operações e 6 empreendimentos tiveram as obras finalizadas. Ressalte-se, contudo, que a diversidade de metas existentes no âmbito das intervenções de urbanização de assentamentos precários, por vezes independentes entre si, contribui para que parte dos benefícios seja entregue à comunidade antes da conclusão de todas as metas. Isto é, dentre as operações em execução, há metas já concluídas e entregues aos beneficiários. A título de exemplo, cita-se a entrega de casas, equipamentos públicos, obras de contenção ou infraestrutura.

Dentre as obras concluídas ao longo do exercício está o Termo de Compromisso nº 0222.659-47 (Urbanização - Jardim São Francisco - Rodoanel), firmado com o município de São Paulo/SP. Ele foi contratado em 2007, com valor de investimento de R\$ 188.685.665,42, sendo R\$ 79.593.855,90 de recursos da União e R\$ 109.091.809,52 de contrapartida. As metas previstas incluíam obras de infraestrutura (rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto sanitário, pavimentação e rede de drenagem de águas pluviais), proteção, contenção e estabilização de solos, produção de 876 unidades habitacionais verticais, recuperação de área degradada, regularização fundiária e trabalho social, beneficiando 7.913 famílias. O início das obras se deu em junho de 2008 e sua conclusão em dezembro de 2016.

A tabela 2 apresenta o resumo geral das operações, selecionadas no âmbito do PAC 2 entre os anos de 2010 e 2011, para a mesma Ação 10S3.

Tabela 2 - Resumo das Operações Obra PAC 2 – Ação 10S3

Situação Geral	Quantidade		% Qtde sobre selecionadas		UH Vinculadas		Investimento (R\$ milhões)		% R\$ sobre selecionadas	
	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016
Selecionadas	174	174	100%	100%	84.780	84.778	8.183,52	8.200,55	100%	100%
Ativas	125	121	72%	70%	70.303	69.244	7.289,80	7.226,22	89%	88%
Canceladas	49	53	28%	30%	14.477	15.534	893,73	974,33	11%	12%
Situação das Ativas	Quantidade		% Qtde sobre ativas		UH Vinculadas		Investimento (R\$ milhões)		% R\$ sobre ativas	
	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016
Concluídas	3	5	2%	4%	1.087	1.691	166,78	168,82	2%	2%
Concluída Obra Física	2	4	2%	3%	303	303	28,34	72,18	0%	1%
Em Execução	109	105	87%	87%	49.857	50.863	2.787,18	2.735,08	38%	38%
Em licitação	5	3	4%	2%	11.260	10.800	2.030,30	2.009,51	28%	28%
Ação Preparatória	6	4	5%	3%	7.796	5.587	2.277,19	2.240,63	31%	31%
Realizações por exercício	Quantidade		% Qtde sobre ativas		UH Vinculadas		Investimento (R\$ milhões)		% R\$ sobre ativas	
	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016	Em 2015	Em 2016
Concluídas	3	2	2%	2%	1087	604	166,78	2,03	2%	0%
Concluída Obra Física	1	2	1%	2%	81	0	6,70	43,84	0%	1%
Iniciadas	12	2	10%	2%	7323	2044	244,80	21,35	3%	0%
Canceladas	11	4	9%	3%	5816	1057	490,14	80,61	7%	1%

Fonte: SNH/DUAP

Da análise dos dados apresentados, verifica-se que 04 operações foram canceladas no período, alcançando 30% das intervenções selecionadas no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Por outro lado, cumpre destacar que 88% dos investimentos permaneciam ativos ao final do exercício 2016.

Da carteira de operações ativas, 59% dos investimentos selecionados no PAC 2 estavam em fase de licitação ou em ações preparatórias ao final do período. Esses investimentos se concentram em 7 operações e decorrem, em sua maioria, de seleções realizadas nos anos de 2013 e 2014 para realização de intervenções nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. A única exceção é relativa ao Termo de Compromisso nº 0352.784-13/2010 (Urbanização integrada do núcleo Cerqueira Leite), firmado com o município de Mauá/SP em 2010, que permaneceu ativo por ter iniciado as obras de 308 unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida vinculado, o qual utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Por fim, cumpre destacar que, no período, foram iniciadas 2 operações enquanto outras 2 operações tiveram obras físicas concluídas, restando pendente a

conclusão de ações de regularização fundiária e trabalho social. Verifica-se, ainda, a ocorrência de 2 empreendimentos que foram encerrados com redução de metas, tendo em vista que permaneceram paralisados por mais de 12 meses, conforme preconiza a Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2014.

Principais medidas de gestão adotadas no exercício

No exercício de 2016, foi mantida a iniciativa de reuniões constantes por esta Secretaria Nacional de Habitação (SNH) com a finalidade de repactuar metas das operações que permaneceram paralisadas por mais de 12 meses, com supressão daquelas não iniciadas, como forma de promover a retomada e conclusão dessas obras. Essa medida contribuiu para a redução do quantitativo de operações paralisadas que se observou ao final do período em análise.

O quadro 6 apresenta o resumo das operações paralisadas na ação 10S3 por faixa de execução:

Quadro 6 – Resumo das Operações Obra PAC 1 e 2 – Ação 10S3 – Paralisadas

Resumo das Operações Obra PAC - Ação 10S3						
Faixa % de Execução	Paralisadas em Dezembro/2015			Paralisadas em Dezembro/2016		
	Qtde Operações	VI (R\$ milhões)	% VI	Qtde Operações	VI (R\$ milhões)	% VI
Menor que 25%	54	1.430,94	18%	47	1.118,19	19%
Entre 25% e 50%	29	1.274,03	16%	27	1.273,71	22%
Entre 50% e 75%	29	3.127,36	40%	25	1.244,17	21%
Maior que 75%	33	2.000,34	26%	23	2.223,36	38%
Total Geral	145	7.832,67	100%	122	5.859,42	100%

Fonte: SNH/DUAP

Verifica-se, a partir das informações constantes no quadro, que houve uma redução de aproximadamente 16% na quantidade de operações paralisadas. Enquanto no final do exercício anterior havia 145 operações nessa situação, no exercício 2016 havia 122 empreendimentos paralisados. Ressalte-se que continua em curso as ações de gestão com a finalidade de retomada das obras nessa situação.

De modo geral, os principais motivos de paralisação são:

- Reprogramação: adequação do valor do contrato e dos demais produtos às soluções técnicas apontadas pelo estudo de concepção, adequação do quadro de composição de investimento e/ou adequação do cronograma físico-financeiro;
- Problemas com a empresa executora: distrato, licitações desertas, incapacidade operacional e abandono de obra;
- Problemas financeiros do proponente: incapacidade para aportar contrapartida, aportar complementação no valor da unidade habitacional, não pagamento de indenização/ aluguel social e
- Outros: problemas com a licitação, decisões dos órgãos de controle, comprovação da titularidade de área, licenças ambientais, ausência de medição (pedido de medição não apresentado a mandatária) com órgãos envolvidos e litígio de concessão.

Ao longo do exercício de 2016, foi editada a Portaria nº 615, de 20 de dezembro de 2016, em substituição à Portaria nº 632, de 10 de dezembro de 2015, de caráter transitório, com a finalidade de concentrar a competência para homologação das Sínteses de Projetos Aprovados (SPA's) e Autorização de Início de Objeto (AIO) relativas a etapas não iniciadas de termos de compromissos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como forma de melhor gerir as demandas orçamentárias e financeiras de forma a não afetarem o andamento das obras.

Cumpra ressaltar que, embora seja classificada como paralisada a obra que permaneça sem desbloqueio por mais de 90 dias, são passíveis de sanção, prevista no manual do PAC, aquelas que não apresentaram evolução financeira por um período mínimo de 12 meses.

Importante registrar que essa classificação de determinada obra como paralisada pode ser considerada, em alguns casos, inadequada do ponto de vista de representação do andamento efetivo, pois essa classificação, muitas vezes, se deve a problemas de ordem burocrática e não propriamente com a execução da obra, como reprogramações de projeto, ações de regularização fundiária ou mesmo de encerramento das operações. Observa-se que significativa parcela dos casos de paralisação tem esse tipo de justificativa na fase de final dos contratos.

Ao longo do ano de 2016, a SNH continuou dando enfoque às ações voltadas às operações paralisadas, nas quais houve a participação da Caixa Econômica Federal - CEF e dos Entes Federados responsáveis pela execução dos investimentos. Dentre essas ações, destacam-se as reuniões presenciais, por videoconferência e por audioconferência.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) publicou a Portaria nº 348, de 14 de novembro de 2016, a qual estabeleceu diretrizes e prazos para a retomada e conclusão de um conjunto específico de operações inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com valor de investimento inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), as quais encontravam-se paralisadas na data de 30 de junho de 2016.

Em essência, a aludida portaria instituiu as seguintes datas limites para retomada e conclusão das operações:

- Retomada: 30/06/2017, para as operações com valor de investimento inferior a R\$ 10 milhões cuja execução se encontre paralisada na data de referência de 30/06/2016;
- Conclusão: 30/06/2018, para as operações cuja execução era superior a 50% na data de referência de 30/06/2016 e
- Conclusão: 30/12/2018, para as operações cuja execução era inferior a 50% na data de referência de 30/06/2016.

A tabela 3 apresenta o resumo geral das operações inseridas no escopo da Portaria nº 348/2016, no âmbito da ação 10S3.

Tabela 3 – Resumo das operações inseridas na Portaria nº 348, de 14 de novembro de 2016.

Situação de Obra em 31/12/2016	Quantidade	% Quantidade sobre o total	Investimento (R\$ milhões)	% R\$ sobre o total
Cancelada-Distratada	2	5%	1,22	1%
Paralisada	27	66%	87,73	72%
Atrasada	5	12%	14,08	12%
Normal	5	12%	8,14	7%
Obra física concluída	1	2%	8,87	7%
Concluída	1	2%	1,59	1%
Total	41	100%	121,63	100%

Fonte: SNH/DUAP

Em relação às providências já adotadas, foram realizadas as seguintes medidas:

- Reavaliação do conjunto de operações (41), que totalizam R\$ 121,63 milhões em investimentos, junto à CEF, procedimento que contribuiu para a atualização do status do conjunto de operações, conforme quadro acima, reduzindo o total

inicialmente identificado, seja pela retomada de algumas delas, seja por outras razões, tais como instauração de Tomada de Contas Especial.

- Expedição de ofício circular aos Compromissários - Estados e Municípios - que possuem operações alcançadas pela Portaria MP nº 348/2016, com a finalidade de alertá-los de sua publicação e, ainda, informando das ações que seriam adotadas pela SNH para acompanhamento estreito da evolução dos Termos de Compromisso.
- Estabelecimento, em conjunto com a Mandatária, de roteiro de reuniões, por meio de videoconferência, para discussão das obras paralisadas, priorizando-se as Gerências Filiais da CEF que concentram a maior quantidade de operações, com o objetivo de dar celeridade às agendas.

Ainda durante o exercício de 2016, foi dada especial atenção a algumas situações as quais vêm sendo saneadas junto à Mandatária:

- 13 operações canceladas com recursos em conta a devolver, cujo saldo a devolver totaliza R\$ 5,90 mi: CEF informou devolução de R\$ 5,86 mi relativo a 12 operações.
- 15 operações concluídas sem a devolução dos recursos não utilizados, cujo saldo em conta totaliza R\$ 27,13 mi: CEF informou devolução de R\$ 26,7 mi relativo a 5 operações, e está providenciando as demais.
- Operações com vigência vencida sem Prestação de Contas Final (PCF): PAC: 7 operações com Valor de Repasse aprox. de R\$ 83,4 milhões. A CEF foi instada a providenciar a devida regularização das pendências ou Instauração de Tomada de Contas Especial.

Não obstante os avanços no monitoramento das operações firmadas no âmbito do PAC permanecem desafios a serem enfrentados com a finalidade de aprimorar a gestão das ações, tal como melhoria nos sistemas de informação.

Neste sentido, importa destacar que a Secretaria Executiva após ampla discussão conjunta com as Secretarias no exercício de 2016, teve como resultado a publicação da Portaria nº 140, de 10 de fevereiro de 2017, que institui uma Base de Dados Única - BDU e o Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos - SACI Web como soluções tecnológicas de uso corporativo para armazenamento, processamento e disponibilização de informações digitais sobre os contratos e projetos de investimentos finalísticos do Ministério das Cidades o que contribuirá no aprimoramento do acompanhamento das operações.

Medidas permanentes de gestão

No âmbito da ação 10S3 voltada à urbanização de assentamentos precários, a equipe se dedica de forma rotineira às seguintes atividades:

- Participação em reuniões do Gabinete de Gestão Integrada e em Pontos de Controle

A CEF possui unidades regionais de Sustentação ao Negócio Governo, com presença em todas as unidades da federação. Nestas unidades são realizadas as reuniões do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e pontos de controle.

O GGI se reúne mensalmente na maioria destas unidades. Os pontos de controle ocorrem entre as equipes técnicas da regional da CEF e do Tomador. Esses instrumentos têm como objetivo, entre outros, a retomada de obras paralisadas, o levantamento dos entraves e pendências, a proposição de encaminhamentos para equacionar esses entraves e a pactuação de prazos para a solução das pendências. O

Ministério se faz presente em algumas reuniões do GGI e pontos de controle, presencialmente ou por vídeo conferência, com vista à solução dos gargalos que necessitem de decisão Ministerial.

- Desenvolvimento de avaliações e balanços dos programas

Os balanços das ações do PAC são realizados periodicamente e divulgados para a sociedade. Nesse documento são sistematizadas informações como situação do contrato e da obra, evolução da execução e relação com o balanço imediatamente anterior, refletindo o resultado do trabalho de monitoramento realizado pelo MCidades. Os balanços são instrumentos importantes de transparência, mantendo atualizadas as informações disponibilizadas em sítio eletrônico www.pac.gov.br e via imprensa àqueles que se interessarem pela implementação do PAC.

Ciente da necessidade de avaliar o conjunto das ações geridas, a SNH tem trabalhado balanços e avaliações sobre as operações PAC e as não inseridas no PAC, sendo que esses também foram divulgados à sociedade, por meio das apresentações realizadas nas reuniões ordinárias do Conselho Nacional das Cidades.

4.3.1.2 Ação 00AF – Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial

Descrição geral e objetivos da ação

A ação integralização de cotas ao FAR, no âmbito do Programa de Nacional de Habitação Urbana, tem por objetivo a aquisição e requalificação de imóveis destinados à alienação para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00, por meio de operações realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

A regulamentação da modalidade que opera com recursos da referida ação orçamentária, em 2016, consta da Portaria nº. 158, de 05 de maio de 2016, do Ministério das Cidades, e da Portaria Interministerial nº: 99 de 31 de março de 2016, dos Ministérios das Cidades, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Fazenda.

As principais medidas de gestão adotadas no exercício estão descritas no item anterior.

O quadro abaixo apresenta informações da ação orçamentária 00AF constante na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício 2016

Quadro 7 – Ação 00AF - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		00AF		Tipo: Operações Especiais		
Título		INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR				
*Iniciativa						
Objetivo		Código: 0383 Tipo: Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida				
Programa		Código: 2049 Moradia Digna				
Unidade Orçamentária		56101 - Ministério das Cidades				
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.328.780.942	4.474.295.381	4.474.295.380	4.474.295.380	4.474.295.380	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
571.511.109	571.511,109	0,00				

Fonte: TESOURO Gerencial e SIOP

Situação atual da carteira de investimento

Em 2016, face ao contingenciamento de recursos, as integralizações de cotas ao FAR foram direcionadas à necessidade de recursos para o pagamento das operações contratadas em anos anteriores.

Contudo, doze operações foram contratadas junto à CEF, totalizando 5.824 unidades habitacionais, vinculadas a intervenções inseridas no PAC que originaram a necessidade de reassentamento ou remanejamento de unidades habitacionais.

Desde o início do programa, e até 31 de dezembro de 2016, foram concluídas mais de um milhão de unidades habitacionais, restando pouco mais de trezentas mil unidades em execução.

A tabela seguinte resume a situação da carteira contratada, por situação de obra:

Tabela 4 - Situação das Obras PMCMV

t	BB			CEF		
	Empreend.	UH	Empréstimo R\$	Empreend.	UH	Empréstimo R\$
ADIANTADA	34	24.554	1.548.947.642,83	102	46.156	2.908.867.590,31
ATRASADA	42	47.783	2.976.786.516,31	189	82.520	4.998.770.764,74
CONCLUÍDA	38	15.768	925.326.373,25	2599	861.646	45.293.968.513,37
NAO INICIADA	8	8.414	526.552.000,00	20	16.095	1.118.398.014,85
NORMAL	62	46.929	2.964.357.608,39	206	104.276	6.637.308.960,07
PARALISADA	21	11.450	663.483.569,52	78	28.639	1.652.526.496,67
Total	205	154.898	9.605.453.710,30	3.194	1.139.332	62.609.840.340,01

Fonte: SUFUS/CEF 31/12/ 2016

4.3.1.3 Ação 00CW – Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas

Descrição geral e objetivos da ação

Esta ação orçamentária refere-se à subvenção econômica concedida no ato da contratação de operação de financiamento de unidade habitacional com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), realizadas na forma do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PCMMV, consoante o disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 11.977/2009.

A subvenção econômica concedida com recursos do Orçamento-Geral da União limita-se a 10% (dez por cento) dos valores totais dos descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, conforme alteração promovida pela referida Portaria Interministerial, e será concedida com o objetivo de:

- Facilitar a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial; ou
- Complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custo de alocação, remuneração e perda de capital.

O valor da subvenção concedida ao beneficiário final é função da combinação de três fatores:

- Região do território nacional onde se localiza a unidade habitacional;
- Modalidade operacional do financiamento concedido; e
- Renda bruta familiar mensal do beneficiário.

O valor total da subvenção, considerando os 90% pagos pelo FGTS, em 2016, poderia chegar a R\$ 27.500,00 para operações de financiamento cujo mutuário possuísse renda familiar mensal de até R\$ 3.600,00 (faixa 2) e até R\$ 45.000,00 para operações cujo mutuário possuísse renda familiar mensal de até R\$ 2.350,00 (faixa 1,5), conforme estabelecido pela Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, e respectivas atualizações.

Além disso, existe o desconto para redução no valor das prestações, que consiste no pagamento, com recursos da ação 00CW e também do FGTS, igualmente na proporção de 90% e 10%, da remuneração dos agentes financeiros que seriam repassadas ao mutuário, quais sejam:

- Taxa de administração de R\$ 25,00 mensais; e
- Diferencial de juros de 2,16% a.a.

O quadro 8 apresenta os resultados da ação orçamentária 00CW na LOA 2016.

Quadro 8– Ação 00CW - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	00CW		Tipo: Operações Especiais			
Título	SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS URBANAS (LEI Nº 11.977, DE 2009)					
*Iniciativa						
Objetivo	Código: 0383 Tipo: Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida					
Programa	Código: 2049 Moradia Digna					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
918.515.705	918.515.705	918.515.705	918.515.705	918.515.705	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: TESOUREIRO Gerencial e SIOP. Nos valores de restos a pagar não processados está incluído o Programa 0909

A distribuição de recursos, por unidades da federação, para as operações de financiamento imobiliário, com recursos do FGTS, enquadráveis nesta ação orçamentária, vigente para o ano de 2016, foi normatizada pela Instrução Normativa nº 32, de 30 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, e suas atualizações, observados os orçamentos financeiro, operacional e econômico aprovados para o FGTS para o ano de 2016, por meio da Resolução nº 786, de 27 de outubro de 2015, e respectivas alterações, além das variáveis técnicas definidas nas Resoluções nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS.

Situação atual da carteira de investimento

- Em 2016, foram realizadas 247.056 operações de financiamento habitacional com pessoas físicas, com recursos do FGTS, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana, que tiveram concessão de descontos a pessoas físicas.
- O valor total de financiamento (recursos onerosos) foi de R\$ 25.872.003.132,23, e foram concedidos R\$ 6.043.640.126,79 em descontos pelo FGTS.

- De forma complementar, foram concedidos R\$ 818.129.960,21 a título de subvenção econômica com recursos da ação 00CW. (fonte: Agente Operador do FGTS – Base Prestação de Contas)

Medidas de Gestão no âmbito da ação

Importante medida de gestão adotada ao longo de todo o exercício de 2016 consistiu em adequar o fluxo de desembolsos de recursos financeiros da ação 00CW às necessidades de forma a manter saldo credor, em favor da União junto ao FGTS, no sentido de tornar desnecessária a prática da prerrogativa prevista pelo art. 82-A da Lei nº 11.977, de 2009, isto é, que a CEF venha a adiantar recursos em nome da União remunerados à taxa SELIC.

Tal entendimento decorre não só das determinações constantes dos **Acórdãos TCU/Plenário nº 825/2015 e nº 3.297/2015**, como também da necessidade de observar os princípios da economicidade e eficiência da Administração, ambos de estatura constitucional.

Considerando que os recursos desembolsados pela União em favor do FGTS sofrem atualização pela taxa SELIC, mesma taxa utilizada para remunerar as disponibilidades financeiras do aludido Fundo, e que o saldo credor, apurado ao final do exercício de 2016, foi restituído ao Tesouro Nacional, a medida não configura, em qualquer hipótese, ônus financeiro para a União tampouco para o FGTS.

Na verdade, trata-se de medida que permite à União executar o PMCMV com menor custo financeiro e afastando os riscos jurídico-legais, estes últimos exaustivamente evidenciados pelos acórdãos prolatados pelo órgão de controle externo.

Além disso, as parcelas de responsabilidade da União relativas a 2016 foram integralmente pagas com recursos do orçamento do exercício, sem qualquer inscrição em restos a pagar.

4.3.1.4 Ação 00CX - Subvenção Econômica destinada a implementação de projetos de interesse social em áreas rurais

Descrição geral e objetivos da ação

O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR foi criado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e está regulamentado pelo Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, pela Portaria Interministerial nº 97, de 30 de março de 2016, dos Ministérios das Cidades, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Portaria nº 172, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Cidades, com suas alterações e aditamentos.

Esta ação compreende as operações realizadas com beneficiários pertencentes ao "Grupo 1" do PNHR, tendo por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União.

A subvenção econômica destinada ao referido grupo se destina à cobertura dos custos de produção ou reforma da unidade habitacional, execução do trabalho de assistência técnica e trabalho social e administração do contrato, devidos ao Agente Financeiro.

Os beneficiários aportam contrapartida equivalente a 4% do valor repassado para fins de edificação ou reforma da unidade habitacional, em 4 parcelas anuais de igual valor.

No que se refere às diretrizes que regem o PNHR, destaca-se o atendimento às famílias sem acesso a solução de abastecimento de água, o atendimento às famílias residentes em municípios constituintes do Programa Território da Cidadania e às famílias integrantes de comunidades tradicionais - quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e demais comunidades tradicionais.

O quadro 9 apresenta informações da ação orçamentária 00CX constante na LOA 2016

Quadro 9- Ação 00CX - Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		00CX Especiais			Tipo: Operações	
Título		SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS RURAIS (LEI Nº 11.977, DE 2009)				
*Iniciativa						
Objetivo		Código: 0383 Tipo: Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida				
Programa		Código: 2049 Moradia Digna				
Unidade Orçamentária		56101 - Ministério das Cidades				
Ação Prioritária		(X)Sim ()Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
783.800.067	781.473.161	781.473.161	727.369.373	727.369.373	0,00	54.103.787
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
169.217.713	169.217.713	0,00				

Fonte: TESOURO Gerencial e SIOP

Situação atual da carteira de investimento

Em 2016, foram contratadas operações que totalizam 19.258 unidades habitacionais no âmbito desta ação orçamentária, sendo mais de 75% nas regiões norte e nordeste, regiões com maior déficit habitacional absoluto no meio rural.

O resultado é significativo, haja vista tratem-se das regiões que mais sofrem com os entraves relacionados ao levantamento da documentação necessária à segurança jurídica das contratações, especialmente aquelas voltadas às condições fundiárias, como por exemplo, a inexistência de matrícula dos imóveis, falta ou deficiência de serviço cartorial nos municípios, entre outros.

Além disso, os custos de serviços e de materiais nessas regiões, bem como as dificuldades de logística enfrentadas pelas Entidades Organizadoras e Agentes Financeiros para a produção ou reforma em localidades distantes e isoladas, contribuem para o desempenho das contratações aquém das metas estabelecidas nessas regiões.

Tabela 5 – Quantidade de operações contratadas e valor de investimento por macrorregião do IBGE e por estado da federação.

Região	UF	Qtde de Unidades	Qtde de Operações
CENTRO OESTE	DF	18	1
	GO	852	62
	MS	354	13
	MT	100	2
	Total	1.324	78
NORDESTE	AL	358	12
	BA	1.309	42
	CE	1.682	54
	MA	2.521	57
	PB	484	13
	PE	2.032	58
	PI	1.220	34
	RN	790	18
	SE	2.108	57
Total	12.504	345	
NORTE	AM	44	1
	AP	99	2
	PA	2.093	47
	RO	124	7
	RR	50	1
	TO	30	1
Total	2.440	59	
SUDESTE	ES	325	14
	MG	529	24
	SP	571	32
Total	1.425	70	
SUL	PR	182	11
	RS	832	91
	SC	551	41
Total	1.565	143	
Total Geral		19.258	695

Fonte: Gerência de Informação/SNH

Observa-se que na região Sul, onde entidades organizadoras concentram capacidade técnica, além de cultura e tradição de organização social, facilitando a proposição de projetos de melhor qualidade, o volume de contratações continua proporcionalmente mais elevado, quando comparado ao das demais regiões.

Principais medidas de gestão adotadas no exercício

A principal medida de gestão adotada em 2016 para o PNHR foi o estabelecimento de processo de habilitação das entidades para operarem no programa. O referido processo foi estabelecido primeiramente pela Portaria nº 178, de 11 de maio de 2016, e posteriormente pela Portaria nº 235, de 09 de junho de 2016.

A habilitação é composta por duas análises, a de regularidade institucional e a de qualificação técnica.

O processo tem como objetivo assegurar os critérios mínimos para uma instituição privada sem fins lucrativos organizar a demanda rural, cuidar da documentação pertinente ao processo e responsabilizar-se pela produção e reforma de unidades habitacionais rurais com recursos advindos do governo federal.

Adicionalmente, buscou-se conferir maior segurança às famílias beneficiárias no relacionamento com as entidades e permitir ao governo manter o cadastro atualizado das instituições, que só podem atuar no limite do nível e abrangência de sua habilitação.

Em 2016, o Ministério publicou a Portaria nº 172, de 10 de maio de 2016, que promoveu algumas alterações no programa incorporando um conjunto de aprimoramentos que visou melhorar a operacionalização da modalidade, além de consolidar as regras dispersas em outros normativos.

Medidas permanentes de gestão

A SNH realiza o acompanhamento dos relatórios encaminhados pelo Gestor Operacional do PNHR. Esses relatórios e as bases de dados são utilizados para o monitoramento das operações realizadas e para a gestão financeira e orçamentária do programa.

4.3.1.5 Ação 00CY - Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS

Descrição geral e objetivos da ação

Esta ação integra o Programa Nacional de Habitação Urbana, subprograma do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, por meio do qual a União transfere recursos ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Tem por objetivo tornar acessível à moradia para famílias organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos para a população de baixa renda.

O Quadro abaixo apresenta informações da ação orçamentária 00CY constante na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício 2016.

Quadro 10 – Ação 00CY Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	00CY			Tipo: Operações Especiais		
Título	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)					
*Iniciativa						
Objetivo	Código: 0383 Tipo: Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida					
Programa	Código: 2049 Moradia Digna					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
593.973.489	593.973.489	593.973.488	593.162.158	593.162.158	0,00	811.329
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
288.034.185	288.034.185	0,00				

Fonte: TESOURO Gerencial e SIOP

Situação atual da carteira de investimento

O Plano de Metas e Diretrizes Gerais destinados à aplicação dos recursos alocados no PMCMV-Entidades foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº 208, de 2015, no valor total de R\$ 338.000.000,00 para contratação de até 5.200 unidades habitacionais, distribuídas de acordo com o déficit projetado com base no CENSO/IBGE – 2010, resultando nos dados apresentados no quadro seguinte.

A alocação dos valores dispostos na referida Resolução ficou condicionada à previsão na Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício de 2016.

Quadro 11 - Região e Orçamento – 2015 - PMCMV Entidades

REGIÃO	ORÇAMENTO – 2015 PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – ENTIDADES		
	%	Metas físicas previstas (em unidades habitacionais)	Valor (R\$ 1,00)
Norte	9,71%	505	32.819.800
Nordeste	29,31%	1.524	99.067.800
Sudeste	41,54%	2.160	140.405.200
Sul	10,93%	568	36.943.400
Centro-Oeste	8,51%	443	28.763.800
Total	100,00%	5.200	338.000.000

Fonte: Resolução CCFDS nº 208/2015

Em 2016, o ritmo de contratação nesta modalidade foi ajustado à disponibilidade orçamentária e financeira estabelecida para o PMCMV no ano. Contudo, como a execução do programa estava aquém do projetado, foi possível a contratação de 85 empreendimentos totalizando 11.776 unidades habitacionais, conforme, conforme discriminado na tabela abaixo.

Tabela 6 – Previsão de Metas Físicas x Contratado em 2016

Região	Unidades Contratadas	%
CENTRO OESTE	1.174	10%
NORDESTE	4.316	37%
NORTE	1.310	11%
SUDESTE	3.592	31%
SUL	1.384	12%
Total	11.776	100%

Fonte: Gerência de Informação/SNH

Verifica-se que a distribuição da contratação por região possuiu aderência com o déficit habitacional, excetuando a região sudeste. A diferença se deve a um projeto selecionado em Sumaré/SP com mais de mil unidades que não foi contratado em razão de a Entidade Organizadora não ter conseguido sanar pendência nos prazos estabelecidos.

Ao analisar a distribuição das contratações, de acordo com o porte populacional, constata-se que há maior quantidade de unidades contratadas em municípios com população superior a 100 mil habitantes nas capitais e nos municípios integrantes de Região Metropolitana (65% das unidades contratadas em 2016).

O resultado é satisfatório tendo em vista, que esses municípios apresentam maior déficit habitacional e menor contratação relativa em outras modalidades. Observa-se que o resultado ocorre porque há, nesses municípios, grande quantidade de entidades privadas, sem fins lucrativos, habilitadas a operar os programas de Habitação de Interesse Social (HIS) e com elevado grau de organização.

Destacam-se os Estados do São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso do Sul que apresentaram elevada quantidade de unidades habitacionais contratadas.

Principais medidas de gestão adotadas no exercício

O Ministério das Cidades, como Gestor das aplicações dos recursos do FDS, elaborou instrumentos para viabilizar o processo de implementação das etapas de monitoramento e avaliação, assim definidos:

- Ações de discussão e normatização do PMCMV-E no âmbito do grupo técnico do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), bem como no do próprio conselho curador;
- Realização de reuniões e participação em videoconferências para avaliar os resultados do controle e acompanhamento empreendidos, visando reduzir o percentual de obras paralisadas e atrasadas, e na efetivação das contratações em Unidades da Federação distintas daquelas dos exercícios anteriores; e
- Elaboração de normativos destinados ao atendimento de demandas específicas como, por exemplo, a criação da reserva para custo com segurança, entre outras medidas.

Medidas permanentes de gestão

O principal ponto de atenção sobre a modalidade está relacionado com a execução do programa.

O MCMV-Entidades possui baixo número de unidades entregues e relevante número de operações contratadas em 2012 e 2013 que ainda não foram entregues.

Nesse sentido, a SNH optou por não realizar novas contratações no segundo semestre de 2016 e realizou estudos para alterar a modalidade visando melhor efetividade do programa.

As diretrizes dessas alterações normativas foram a de dar maior protagonismo para as famílias, produzir empreendimentos menores e contratar projetos destinados a execução de obras de forma imediata.

Posto isto, em dezembro de 2016, o Ministério das Cidades apresentou proposta, ao Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), de nova regulamentação para o programa. Após aprovada, a Instrução Normativa que operacionaliza a referida Resolução foi publicada já em 2017.

4.3.1.6 Ação 0E64 - Subvenção Econômica destinada a habitação de interesse social em cidades com menos de 50.000 habitantes

O quadro abaixo apresenta informações da ação orçamentária 0E64 constante na LOA 2016

Quadro 12- Ação 0E64 Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	0E64		Tipo: Operações Especiais			
Título	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)					
*Iniciativa						
Objetivo	Código: 0383 Tipo: Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida					
Programa	Código: 2049 Moradia Digna					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
293.925.025	148.410.586	148.410.586	6.899.084	6.636.584	3.560.186	141.511.501
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
371.615.849	219.834.141	7.903.001				

Fonte: TESOUREO Gerencial e SIOP.

Nos valores de restos a pagar não processados está incluído o Programa 0909

Situação atual da carteira de investimento

Abaixo, segue tabela com a evolução das obras contratadas no âmbito da primeira oferta pública, ocorrida em 2009:

Não constam desse levantamento as obras contratadas pelo Banco Morada, que sofreu intervenção do Banco Central do Brasil e teve decretada sua liquidação extrajudicial. Ressaltamos que a retomada das obras contratadas pelo Banco Morada se deu por meio da ação provisão habitacional de interesse social, custeada pelo Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social – FNHIS, conforme Portaria MCidades nº 45, de 29 de janeiro de 2014.

Tabela 7 - Evolução das obras contratadas no âmbito da primeira oferta pública

UF	Em Execução	Concluído	Entregue	Total Geral
AL		63	190	253
AM		130	638	768
BA	386	1.056	7.054	8.496
CE	14	455	4.947	5.416
ES		6	364	370
GO	44	236	1.313	1.593
MA		381	3.544	3.925
MG		10	5.458	5.468
MS		57	1.259	1.316
MT	2	263	1.120	1.385
PA	56	596	2.533	3.185
PB	73	454	3.008	3.535
PE	393	1.085	1.507	2.985
PI	121	637	2.918	3.676
PR	27	155	1.907	2.089
RJ	2	118		120
RN	3	299	3.536	3.838
RO	4	179	507	690
RR		65	142	207
RS	7	104	2.309	2.420
SC	30	11	883	924
SE	41	139	1.523	1.703
SP	221	428	1.993	2.642
TO	2.158	568	1.223	3.949
Total Geral	3.582	7.495	49.876	60.953

Fonte: SNH/MCidades

Abaixo, a evolução das obras contratadas no âmbito da segunda oferta pública em 2012:

Tabela 8 - Evolução das obras contratadas no âmbito da segunda oferta pública.

UF	Em Execução	Concluído	Entregue	Total Geral
AL	1.473	288	750	2.511
AM	1.566	160	107	1.833
AP	570	4		574
BA	5.981	1.752	4.619	12.352
CE	900	484	3.719	5.103
ES	364	106	408	878
GO	2.069	462	1.757	4.288
MA	2.794	308	2.246	5.348
MG	393	8	6.919	7.320
MS	121	142	1.904	2.167
MT	1.548	338	1.927	3.813
PA	1.248	293	1.342	2.883
PB	2.148	1.111	3.492	6.751
PE	2.840	436	657	3.933
PI	2.964	1.032	4.294	8.290
PR	1.312	463	3.259	5.034
RJ	47	1		48
RN	529	792	3.956	5.277
RO	522	254	159	935
RR	469	11	90	570
RS	802	318	1.423	2.543
SC	243	29	385	657
SE	1.231	269	1.111	2.611
SP	1.397	175	469	2.041
TO	3.239	157	364	3.760
Total Geral	36.770	9.393	45.357	91.520

Fonte: SNH/MCidades

Para as contratações efetivadas nas duas ofertas públicas, o prazo para conclusão e entrega das unidades habitacionais era de 31 de março de 2016, no entanto, por meio da Portaria nº 169 de 10 de maio de 2016 este prazo foi prorrogado da seguinte forma:

- Oferta Pública 2009 prorrogou-se o prazo para mais 120 dias; e
- Oferta Pública 2012 prorrogou-se o prazo para mais 180 dias.

Em 2016, foram entregues 14.031 unidades habitacionais, das quais, 2.111 foram contratadas no âmbito da primeira oferta pública e 11.920 contratadas no âmbito da segunda oferta pública.

Ressalta-se também que a quantidade de unidades habitacionais com percentuais de execução física inferiores a 50%, no exercício de 2016, diminuiu em 4.593 unidades.

Medidas permanentes de gestão

O acompanhamento do programa é realizado de forma sistêmica por meio de interlocução com os atores envolvidos, utilizando para tanto os seguintes mecanismos: reuniões presenciais, mensagens eletrônicas, comunicações oficiais e visitas às obras no intuito de propiciar eficácia na execução do Programa.

- Divulgação de informações no sítio eletrônico do Ministério das Cidades

A SNH disponibilizou em seu sítio eletrônico <http://www.cidades.gov.br/minha-casa-minha-vida/67-snh-secretaria-nacional/programas-e-acoas/2551-relatorios-de-pagamentos-efetuados> os relatórios de

pagamentos às Instituições Financeiras e Agentes Financeiros (IF/AF). Tais relatórios são atualizados mensalmente, de acordo com a liberação dos recursos.

Com relação às unidades habitacionais contratadas no âmbito da primeira oferta pública (2009), as principais medidas adotadas buscaram principalmente as entregas das unidades habitacionais com obras concluídas.

De acordo com informações prestadas pelas instituições e agentes financeiros, os principais entraves para a entrega das unidades aos beneficiários contratados é a conclusão das obras de infraestrutura e a emissão das certidões de habite-se, itens decorrentes de parceria firmada entre os entes públicos e as IF/AF.

Em que pese a responsabilidade normativa da IF/AF em criar condições objetivas para entrega das UH, na persecução do atingimento dos objetivos sociais do programa a SNH tem buscado estreitar o relacionamento com os estados e os municípios, na qualidade de proponentes, para identificar os problemas apresentados em cada caso, auxiliando as IF/AF na superação dos problemas. É recorrente a interlocução desta Secretaria com os entes públicos, por meio de reuniões ou ofícios.

Principais medidas de gestão adotadas no exercício

Cumpre destacar as medidas que vem sendo tomadas para atendimento às disposições do Acórdão nº 1235/2016, do Plenário do Tribunal de Contas da União, tais como a avaliação das instituições financeiras que operam o Programa e as melhorias em procedimentos operacionais para entrega de obras.

A metodologia de avaliação da atuação das instituições financeiras e agentes financeiros (IF/AF) habilitados para operar na Oferta Pública pautou-se por estabelecer critérios objetivos que, ao longo da relação estabelecida com os referidos IF/AF durante a execução do programa traduziram-se em indicadores que procuraram mensurar a efetividade, a eficiência e a eficácia na execução da Oferta Pública no escorrito cumprimento das competências inerentes ao Ministério das Cidades de dispor sobre as diretrizes gerais e acompanhar e avaliar o desempenho do programa.

Aspecto não menos importante, foi a possibilidade de se trabalhar com universo amostral que contemplou a totalidade das IF/AF, das empresas contratadas para acompanhamento das operações e das empresas construtoras envolvidas na execução das obras de todas as operações contratadas no âmbito da Oferta Pública.

Finalmente, foram também verificadas as regularidades fiscal e jurídica das IF/AF, das empresas contratadas para acompanhamento das operações e das empresas construtoras, na forma determinada pelo TCU.

Além de espelharem a avaliação da atuação de todos as IF/AF, com explicitação que se propôs atender aos critérios de desempenho das mesmas, os resultados obtidos com os indicadores expostos pautaram-se pela avaliação prática do relacionamento e da *performance* de cada IF/AF, estendendo-se, ainda que com menor precisão, à atuação das empresas contratadas para acompanhamento das operações e às construtoras atuantes em cada operação.

O pragmatismo que se buscou imprimir a essa avaliação oportunizará o aprimoramento de ações tendentes a focar o monitoramento nas pendências existentes, direcionando a tomada de providências para o atingimento dos objetivos sociais do programa e para corrigir eventuais distorções, inclusive com a adoção de ações punitivas quando cabíveis.

Em relação aos resultados obtidos, temos que a taxa média de entrega das UH após a conclusão da execução das obras físicas é de 69%, se considerarmos as operações com obras efetivamente iniciadas e que 10 instituições, que representam 45%

do universo de IF/AF habilitadas estão aderentes a esse valor. Cabe destacar que se aplicado o mesmo cálculo ao universo de operações contratadas obtém-se uma taxa de 66%, sendo 92% para a Primeira Oferta Pública e de 48% para a Segunda Oferta Pública.

O segundo indicador, que mensurou o percentual de contratos em processo de devolução junto às IF/AF, permite concluir que a taxa média de 3%, representada essencialmente por unidades habitacionais não iniciadas, pode ser situada nos limites de aceitabilidade. Cabe ressaltar que este é um dos indicadores com maior desvio padrão, já que 16 das 22 instituições (73%) apresentam percentual abaixo da média de devoluções de 3%, com expressiva concentração em 6 IF/AF.

Levando-se em conta as atribuições conferidas normativamente às IF/AF, de analisar a viabilidade técnica, jurídica e documental dos projetos, e que a frustração do contrato, por descumprimento normativo, enseja a devolução de recursos, é possível atribuir tal ocorrência, qualquer que seja sua natureza, a falhas relativas a essa análise.

Em se tratando do tempo médio de entrega das unidades habitacionais aos beneficiários, cumpre esclarecer que o prazo normativo inicialmente estipulado era de 18 meses. Destaca-se entre as razões para a extensão dos prazos a demora para firmar, ainda no início do processo de contratação das UH, os acordos estabelecidos em Termo de Acordo e Compromisso (TAC) entre as IF/AF e os proponentes públicos e eventuais trocas de gestão municipal. As obras são contratadas e executadas no conjunto das unidades autorizadas para o município, independente de constituírem um empreendimento ou se tratar de construção ou reposição de unidades isoladas.

Esses fatos contribuíram decisivamente para alongar o prazo médio atual de execução para 30 meses. Nesse indicador, mais da metade das IF/AF (55%) – ou 12 instituições entre as 22 analisadas – encontram-se no intervalo compreendido entre 20 e 30 meses, tempo médio encontrado para as UH até então entregues com todas as formalidades normativamente previstas.

Vale ressaltar que o percentual de entrega das UH em relação ao universo contratado é de 53%, sendo 71% para a Primeira Oferta Pública e 41% para a Segunda Oferta Pública.

Quanto à evolução média mensal do percentual de execução de cada IF/AF, indicador este que considera o andamento pontual da execução física das obras, obtém-se 36% de aderência à média de evolução de 3% a cada mês, correspondendo a 8 instituições. Releva salientar que a mensuração realizada espelha a média de evolução das operações de cada IF/AF e não das obras por unidade habitacional, pelo motivo acima exposto da forma de execução do conjunto de unidades no município.

Em relação ao índice de inconformidade dos documentos comprobatórios das entregas das UH aos beneficiários, verifica-se que o mesmo vincula-se intrinsecamente ao não cumprimento de requisitos técnicos estabelecidos normativamente para tanto, onde 14 IF/AF (64%) se posicionam aderentes à média do programa, qual seja 23%.

O não cumprimento dos requisitos técnicos apresenta algum grau de dispersão, sendo relevante a questão da ilegibilidade ou incompletude de documentação. Motivo também relevante é a não aceitação do relatório fotográfico encaminhado, com isso, como medida corretiva, foi previsto o estabelecimento do relatório padrão para encaminhamento a esta SNH pelas instituições.

Ao final, em resumo, temos que 68% das instituições conseguiram apresentar *performance* igual ou superior à média do universo avaliado.

No que tange às melhorias em procedimentos operacionais, estão sendo estabelecidas rotinas e ações práticas com o objetivo final de otimizar controles que

redundem na verificação da conformidade habitacional das moradias produzidas nas duas etapas da Oferta Pública e adotar medidas para corrigir falhas pontuais. São elas:

- Padronização dos relatórios a serem utilizados pelas IF/AF quando do envio mensal à Secretaria Nacional de Habitação das comunicações de conclusão das UH e da formalização de sua entrega aos beneficiários;
- Padronização dos relatórios a serem utilizados para visita das UH produzidas após a comunicação de sua conclusão física e de sua entrega aos beneficiários;
- Implementação de rotina de visitas com base nas informações das IF/AF acerca da conclusão física e da entrega das UH aos beneficiários finais, valendo-se de amostra estatisticamente representativa;
- Padronização dos relatórios a serem utilizados pelas IF/AF com a finalidade de comprovar a correção dos eventuais problemas identificados por ocasião das visitas.

4.3.1.7 Ação 20Z9 - Apoio à melhoria e a modernização do setor da construção civil

Descrição geral e objetivos da ação

De um modo geral, os resultados alcançados no período de 2012 a 2016, revelam um ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Nesse período, embora a crise vivida pelo setor nos anos de 2015 e 2016 houve uma boa aceitação por parte das construtoras, em relação ao monitoramento dos indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, no acompanhamento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a avaliação positiva da fusão dos níveis C e B.

A implementação das avaliações técnicas de Sistemas Convencionais no âmbito do SiNAT, a adequação dos referenciais técnicos à nova versão da NBR ISO 9001:2015 e a integração do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) aos outros sistemas (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores - SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H serão os desafios perseguidos no ano de 2017.

Quadro 13 – Ação 20Z9 Relacionada ao Programa Moradia Digna de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20Z9		Tipo: Atividade			
Título	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental					
*Iniciativa						
Objetivo	Código: 0755 Tipo: Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.					
Programa	Código: 2049 Moradia Digna					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
400.000	320.000	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-				

Fonte: TESOURO Gerencial e SIOP

O quadro acima apresenta os dados referentes à ação orçamentária 20Z9 integrante da LOA 2016.

Em 2016, embora o número de Diretrizes SiNAT tenha permanecido inalterado, foram concedidos 3 (três) novos DATec's para empresas que utilizam produtos inovadores no âmbito do PMCMV por meio do SiNAT, representando um acréscimo de 10,7% em relação ao ano de 2015, bem como 9 PSQs atingiram a meta mobilizadora de 90% conformidade. Ocorreu, também, um aumento do percentual médio do Indicador de Conformidade dos produtos-alvo monitorados pelos PSQs do SiMaC, alcançando um valor de 79,0%, bem como no âmbito do SiAC, 2500 empresas construtoras mantiveram a certificação de seus Sistemas de Gestão da Qualidade. Assim, de um modo geral pode-se afirmar que, qualitativamente, a meta foi atingida no decorrer do ano de 2017.

Os quadros nº 14 e 15 apresentam dados de ações orçamentárias que não integram o PPA vigente, mas que ainda possuem créditos orçamentários de outros exercícios (restos a pagar não processados de exercícios anteriores).

Quadro 14 – Informação das Ações não Previstas LOA 2016 - Restos a Pagar – Ação 0644

Identificação da Ação					
Código	0644			Tipo:	
Título	Apoio a urbanização De Assentamentos Precários (Habitar-Brasil)				
Iniciativa	-				
Objetivo	-		Código		
Programa	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários		Código	1128	Tipo:
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
34.737.582,28	0,00	0,00			

Fonte: TESOURO Gerencial

Observação: a ação orçamentária 0644 pertencia ao Plano Plurianual 2004 – 2007, o código da ação orçamentária foi alterado na lei orçamentária ano 2008 e passou a ser executada com o código 10S3.

Quadro 15 - Informações das Ações não Previstas LOA 2016 - Restos a Pagar – Ação 8873

Identificação da Ação					
Código	8873			Tipo:	
Título	Apoio ao desenvolvimento institucional dos agentes integrantes do snhis				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Fortalecimento da gestao urbana	Código	1136	Tipo:	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.219.472,41	0,00	0,00			

Fonte: TESOURO Gerencial

Observação: Essa ação no PPA 2008-2011 era executada na UO 56101. No PPA atual (PPA 2012-2015), a ação é executada na UO 56902. Os dados apresentados neste Quadro referem-se à ação do PPA 2008-2011.

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Nesse ano, a partir do mês de maio, ocorreram mudanças relativas aos fatores intervenientes no desempenho orçamentário. Ainda sob a gestão do governo passado, pode se repetir o que foi mencionado inicialmente no relatório do exercício 2015: “A análise dessa unidade parte de uma contextualização, por ter essa uma caracterização diversa das demais unidades gestoras. A SNH faz a gestão de um programa que é monitorado de uma forma intensa e detalhada pela Secretaria do PAC do Ministério do Planejamento (SEPAC/MP) além de ter sua dimensão no quesito orçamentário discutido e decidido com outros órgãos, inclusive diretamente com a Presidência da República pelo destaque dado ao programa Minha Casa Minha Vida nesse governo. Outra característica a destacar é que maior parte de nossas despesas tem-se um intermediário, a Caixa Econômica Federal – CEF, órgão responsável pelos principais controles e pagamentos dessas despesas”.

Com a posse dos novos dirigentes, a partir de maio de 2016, ocorreram várias restrições relativas à autonomia de pagamentos o que inibiu vários desembolsos no primeiro mês da transição e foram regularizados nos meses seguintes. Destaca-se no exercício de 2016 a regularidade no fluxo de pagamentos principalmente no PMCMV FGTS (ação orçamentária 00CW), ocorrendo com antecipação de financeiro para o fundo, com objetivo de não incorrer em operação de crédito entre a União e o FGTS.

Quantos aos números gerais foram pagos entre LOA e RP R\$ 8,4 bilhões de reais, tendo uma execução considerada muito boa da LOA e uma continuada ação no sentido de redução do saldo de restos a pagar.

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
 Não se aplica à Unidade Prestadora de Contas SNH.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 16 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	1.366.381.033,63	1.089.507.966,31	1.086.378.592,31	1.957.111,63	278.045.329,69
2014	87.023.325,11	27.222.405,89	27.198.693,89	1.616.636,59	58.207.994,63
2013	762.703.591,92	222.028.073,94	222.028.073,94	22.000.001,00	518.675.516,98
2012	414.015.462,85	47.674.374,19	47.674.374,19	90.516.221,72	275.824.866,94
2011	843.445.664,06	131.430.017,86	131.252.453,16	87.863.877,39	624.329.333,51
2010	264.058.610,92	45.137.013,85	45.129.413,85	4.534.723,11	214.394.473,96
2009	131.332.083,63	8.090.903,20	8.090.903,20	5.711.940,21	117.529.240,22
2008	72.439.393,71	1.447.820,30	1.447.820,30	4.173.247,21	66.818.326,20
2007	34.737.582,28	-		2.050.654,30	32.686.927,98
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)	
2014	862,58	862,58	-	-	
2013	206.414,76	5.000,00	-	201.414,76	
2011	2.702.016,53	101.594,98	-	2.600.421,55	
2010	30.200,62	-	-	30.200,62	
2009	5.605.964,36	5.605.964,36	-	-	
2008	850.767,02	-	-	850.767,02	
2007	188.003,26	-	-	188.003,26	

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução da Despesa Extra Orçamentaria em 2016, especificamente os Restos a Pagar (RP's), obedeceu alguns critérios para pagamento, os quais se destacam: data de emissão das notas de empenho, situação do empenho quanto à sua liquidação e o respectivo ateste por parte dos departamentos responsáveis pela efetiva liberação pagamento.

No exercício de 2016 foram inscritos os restos a pagar decorrentes do exercício de 2015 e reinscritos os de exercícios 2007 a 2014. O valor total de restos a pagar inscritos e reinscritos em 01/01/2016 foi de R\$ 3,9 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão foi liquidado e pago no decorrer do exercício. Isso representa uma execução de 39% do total inscrito no início de 2016.

Pouco mais de 90% dos restos a pagar a pagar em 31 de dezembro de 2016 estão relacionados à ação 10S3. Essa ação financia os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento na urbanização de assentamentos precários. O item 4.3.1.1

deste relatório apresenta a situação dos empreendimentos contratados com recursos dessa ação. A execução do orçamento está condicionada ao avanço das obras ou ao debrato de operações e revisão de metas. Ao longo do exercício 2016, foram cancelados mais de R\$ 220 milhões de reais em empenhos. Dentre as principais justificativas para esse procedimento estão a revisão de metas e os cancelamentos, que alcançaram 30% das operações ativas do PAC 2.

O Programa Minha Casa, Minha Vida iniciou o exercício 2016 com R\$ 1,4 bilhão de restos a pagar. Em 31 de dezembro desse ano, esse montante era de apenas R\$ 147 milhões, o que representa pouco mais de 10% do inicial.

As áreas finalísticas da UPC desenvolvem controles para autorização da execução orçamentária dos programas, autorizando a utilização dos créditos conforme a execução física dos contratos e da comprovação efetiva das medições.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

As transferências, no âmbito da UO 56101, para as modalidades convênio, contrato de repasse e termos de compromisso são realizadas por meio da Unidade Gestora 560005 - SNH e UG 175004 - CEF.

Os convênios firmados diretamente pela SNH com Programa para as Nações Unidas (PNUD), registrados no SIAFI com os números 291186 (BRA00/43) e 413825 (BRA Habitar Brasil BID- HBB) apresentaram no final do exercício um saldo a comprovar da prestação de contas. Entretanto, as prestações de contas estavam aprovadas pela ordenadora de despesas e a regularização desses termos será realizada em 2017, após orientação da Coordenação Contábil do Ministério das Cidades.

Os quadros 17 a 19 apresentam as prestações de contas dos contratos firmados no âmbito do PAC Habitação, incluindo os contratos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

As informações são prestadas pela Gerência Nacional de Acompanhamento do Desempenho Técnico-Operacional (GEATO) da CAIXA, tendo em vista que a análise da prestação de contas dos contratos de repasse e termos de compromissos firmados pelo MCidades é de competência da Mandatária da União.

Quadro 17 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTES REPASSADOS		INSTRUMENTOS	
			CONVÊNIOS	CONTRATOS DE REPASSE
2016	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE		100
		MONTANTE REPASSADO		102.573.890,72
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE		43
		MONTANTE REPASSADO		38.529.695,69
ANTERIORES A 2016	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE		91
		MONTANTE REPASSADO		84.950.139,12

TOTAL REPASSADO	226.053.725,53
QUANTIDADE TOTAL	234

Fonte: CAIXA/GEATO

Quadro 18 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

CONTAS APRESENTADAS AO REPASSADOR NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO			INSTRUMENTOS	
			CONVÊNIOS	CONTRATOS DE REPASSE
COM PRAZO DE ANÁLISE AINDA NÃO VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA		113
		QUANTIDADE REPROVADA		0
		QUANTIDADE DE TCE		0
		MONTANTE REPASSADO (R\$)		282.178.845,74
	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE		4
		MONTANTE REPASSADO (R\$)		1.518.225,30

Fonte: Caixa/GEATO

Quadro 19 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

INSTRUMENTOS DA TRANSFERÊNCIA	QUANTIDADE DE DIAS DE ATRASO NA ANÁLISE DAS CONTAS				
	ATÉ 30 DIAS	DE 31 A 60 DIAS	DE 61 A 90 DIAS	DE 91 A 120 DIAS	MAIS DE 120 DIAS
CONVÊNIOS	-	-	-	-	-
CONTRATOS DE REPASSE	3	0	0	0	2

Fonte: Caixa/GEATO

Os instrumentos relativos ao “não PAC” constam do relatório da Secretaria Executiva.

O quadro abaixo apresenta o resumo dos instrumentos celebrados pela SNH no âmbito do PAC Habitação. Assim como os montantes transferidos nos últimos três exercícios. A relação dos contratos que foram desembolsados encontra-se arquivado na UPC.

Quadro 20 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO					
UG/GESTÃO:	560005/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	2	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	140.157.453	127.923.573	63.859.171
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	208.458.538	103.501.277	187.249.209
Total	0	0	2	348.615.992	231.424.851	251.108.380

Fonte: Tesouro Gerencial

4.3.5.1 Visão gerencial dos contratos de repasses e termos de compromissos firmados pela SNH

Quadro 21 – Situação no SIAFI dos contratos firmados pela SNH – UG Executora 175004

Tipo De Termo	Adimplente	Concluído	Excluído	Inadimplente	Total Geral
2 - Contrato de Repasse	228	3	1	4	237
5 - Termo de Compromisso	1	0	0	1	1
Total Geral	229	3	1	5	238

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional

Análise Crítica

Em 2016 não houve contratação no âmbito do PAC Urbanização. O montante repassado de R\$ 231 milhões manteve-se proporcional aos exercícios anteriores.

A SNH possui 238 termos registrados no SIAFI com vigência em 2016, dos quais 05 estão inadimplentes, 01 excluído e 03 concluídos.

Conforme informações do SIAFI Operacional, os municípios inadimplentes são:

- Belém (cr.nr. 0218745-06) - não executou totalmente o objeto pactuado;
- Itaboraí (cr.nr. 0222643-56) - não executou totalmente o objeto pactuado;
- Montes Claros (cr.nr. 223341-29) - não procedeu à prestação de as contas;
- Porto Velho (cr.nr. 227255-72) - suspenso por determinação judicial e
- Jaraguá do Sul (TC.nr. 0352702-23) - atingimento parcial do objeto

4.3.5.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal

As tabelas a seguir mostram a evolução do status das operações que se encontravam “atrasadas” ou “paralisadas” no exercício anterior e, em seguida, verificou-se a situação de obra dessas operações ao final do período em análise.

Assim, foram identificadas, no âmbito do PAC, 922 operações, das quais 217 tinham status de “atrasada” e 705 estavam “paralisadas”. No âmbito da carteira de operações não inscritas no PAC, foram identificadas 113 operações, das quais 53 estavam “atrasadas” e 60 “paralisadas”.

As tabelas 9 e 10 demonstram como o cenário se alterou:

Tabela 9 – Operações PAC – atrasadas / paralisadas

Comportamento das operações PAC Atrasadas ou Paralisadas - Exercício 2016			
Situação Obra 31/12/2015	Situação Obra 31/12/2016	Qtde de Contratos	% Qtde de Contratos
Atrasada	Atrasada	114	12%
	Normal	18	2%
	Paralisada	57	6%
	Obra física concluída	13	1%
	Concluída	15	2%
Paralisada	Adiantada	1	0%
	Atrasada	79	9%
	Normal	72	8%
	Paralisada	423	46%
	Obra física concluída	38	4%
	Concluída	82	9%
	Cancelada-Distratada	10	1%
Total Geral		922	100,0%

Fonte: SNH/DUAP

Tabela 10 - Operações NÃO PAC – atrasadas / paralisadas

Comportamento das operações NÃO PAC Atrasadas ou Paralisadas - Exercício 2016			
Situação Obra 31/12/2015	Situação Obra 31/12/2016	Qtde de Contratos	% Qtde de Contratos
Atrasada	Atrasada	35	31%
	Normal	3	3%
	Paralisada	3	3%
	Obra Física Concluída	1	1%
	Concluída	11	10%
Paralisada	Atrasada	5	4%
	Paralisada	39	35%
	Obra Física Concluída	1	1%
	Concluída	15	13%
Total Geral		113	100,0%

Fonte: SNH/DUAP

É possível constatar, que 6% das operações inseridas no PAC passaram à condição de “paralisada”. A mesma situação ocorreu para 3% das operações Não-PAC. Como já mencionado, os motivos de paralisação de obras são variados e podem estar relacionadas à reprogramação da operação, a problemas de ordem financeira do proponente, de licitação, de licenciamento ambiental, entre outros.

Por fim, também se pode concluir que 34% das operações PAC e 32% das operações Não-PAC apresentaram avanços na evolução deixando a condição de “atrasadas” e passando a ter status de “normal”, “obra física concluída” ou “concluída”;

ou deixando a condição de “paralisada” e passando a ter status de “adiantada”, “atrasada”, “normal”, “obra física concluída” ou “concluída”.

4.3.6 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras

No âmbito das contratações do PAC Urbanização, a SNH participa de reuniões com o Grupo de Gestão Integrada organizadas pela Caixa e suas regionais além da realização de vídeos conferências com os diversos interessados: Governos Estaduais, Municipais e Entidades sem fins lucrativos.

4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 22 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
a) Convite	-				-			
b) Tomada de Preços	-				-			
c) Concorrência	-				-			
d) Pregão	-				-			
e) Concurso	-				-			
f) Consulta	-				-			
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-				-			
2. Contratações Diretas (h+i)	108.820,37	53%	-	0%	108.820,37	53%	-	0%
h) Dispensa	-		-		-			
i) Inexigibilidade	108.820,37				108.820,37			
3. Regime de Execução Especial	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	98.200,06	47%	131.268,47	100%	97.992,96	47%	131.268,47	100%
k) Pagamento em Folha	-		-		-			
l) Diárias	98.200,06		131.268,47		97.992,96		131.268,47	
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	207.020,43	100%	131.268,47	100%	206.813,33	100%	131.268,47	100%
6. Total das Despesas da UPC	207.020,43	100	131.268,47	100	206.813,33	100	131.268,47	100

Quadro 23 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
14 - diárias - pessoal civil	94.764,96	123.495,57	94.764,96	123.495,57	-	-	94.764,96	123.495,57
33 - passagens e despesa com locomoção	118.000,00	-	108.820,37	-	9.179,63	-	108.820,37	
36 – outros serviços de terceiros – PF	3.435,10	7.772,90	3.435,10	7.772,90	-	-	3.228,00	7.772,90
39 - outros serviços de terceiros PJ - OP.INT.ORC.	8.696.132,14	2.939.529.931,53	4.659.745,92	2.919.781.369,85	4.036.386,22	19.748.561,68	4.659.745,92	2.919.781.369,85
45 - subvenções econômicas	2.433.676.808,05	8.552.406.841,68	2.241.286.575,79	8.034.885.919,19	192.390.232,26	517.520.922,49	2.241.024.075,79	
93 - indenizações e restituições	-	447,75	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
42 - auxílios	121.659.562,32	257.600.439,51	27.864.332,70	-	93.795.229,62	257.600.439,51	27.864.332,70	-
39 - outros serviços de terceiros PJ - OP.INT.ORC.	8.000,00	-	-	-	8.000,00	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
66 - concessões de empréstimos e financiamentos	4.474.295.380,46	5.015.000.000,00	4.474.295.380,46	4.443.488.890,05	-	571.511.109,95	4.474.295.380,46	4.443.488.890,05
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica da realização da despesa

No exercício de 2016 foi instituído o Cartão Corporativo da UPC para pagamento das passagens aéreas adquiridas pela unidade, para as viagens nacionais a serviço dos servidores da SNH, no interesse da Administração. Esse cartão é fornecido pelo Banco do Brasil e somente é utilizado para as viagens nacionais. As viagens internacionais são liquidadas e pagas pela SPOA do MCidades. O valor total gasto no elemento de despesa “33” foi de R\$ 108 mil reais.

As Despesas Correntes da UPC tiveram bom andamento no exercício. Foi liquidado no elemento 45 (subvenções econômicas) o montante de R\$ 2,4 bilhões nas ações orçamentárias FGTS, PNHR, PNHU e Oferta Pública. No elemento 39 (outros serviços de terceiros PJ) foram realizados os pagamentos da remuneração da Caixa para acompanhamento da execução dos contratos firmados no âmbito do PAC Habitação no valor de R\$ 26,1 milhões. Além disso, a remuneração do agente operador CAIXA no FGTS foi de R\$ 4,5 milhões e das Instituições Financeiras e Agentes Financeiros participantes da modalidade Oferta Pública, foi liquidado e pago o valor de R\$ 4,1 milhões..

As Despesas de Capital mantiveram os patamares de 2015. O montante liquidado e pago para o FAR foi de R\$ 4,4 bilhões e não houve inscrição restos a pagar para 2017.

Quanto ao elemento de despesa 42 – auxílios, que corresponde aos contratos de repasses e termos de compromissos firmados no âmbito do PAC Urbanização, observa-se baixa execução com os recursos da LOA 2016 e a maior parte dos desembolsos utilizando-se de restos a pagar. Em grande parte isso se justifica pelas características de implementação plurianual dos contratos firmados pela UPC e por se tratarem de obras de urbanização de assentamentos precários complexos e que abrangem várias etapas que são realizadas em mais de um exercício financeiro.

4.4 Desempenho Operacional

Os indicadores apresentados nesse subitem são os que compõem o Plano Plurianual 2016-2019 e apresentam o cenário da situação do país na data base de apuração.

4.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O quadro 24 apresenta os indicadores utilizados no PPA pela SNH constante no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Quadro 24 – Indicadores utilizados pela UPC no PPA

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Observação	Data de Apuração
Déficit habitacional absoluto	5.430.562	N/A	6.068.061	Anual	Necessidade de novas unidades habitacionais por motivo da constatação de domicílios improvisados, de domicílios rústicos, de coabitação familiar, de ônus excessivo com aluguel e de adensamento excessivo em domicílios alugados.	Embora o Déficit Habitacional seja apurado anualmente pela Fundação João Pinheiro, com base em PNAD, os dados em escala municipal são obtido decenalmente a partir de dados do Censo Demográfico.	2014
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	4.664.113	N/A	5.315.251	Anual	Necessidade de novas unidades habitacionais em áreas urbanas por motivo da constatação de domicílios improvisados, de domicílios rústicos, de coabitação familiar, de ônus excessivo com aluguel e de adensamento excessivo em domicílios alugados.		2014
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	766.449	N/A	752.810	Anual	Necessidade de novas unidades habitacionais em áreas rurais por motivo da constatação de domicílios improvisados, de domicílios rústicos, de coabitação familiar, de ônus excessivo com aluguel e de adensamento excessivo em domicílios alugados.		2014
Déficit Habitacional Qualitativo - adensamento excessivo	1.073.720	N/A	958.180*	Anual	Número de domicílios próprios com mais de 3 moradores por dormitório.		2014
Percentual de municípios regulares no SNHIS	21,35	N/A	22,55	Anual	Número de municípios regulares ao SNHIS / Número total de municípios		31/12/2016

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP)/PNAD IBGE

* o valor apresentado no monitoramento do PPA 2016-2019 foi de 366.890, porém observou-se que a Fundação João Pinheiro apura o "adensamento excessivo" em duas situações distintas: o adensamento excessivo, sendo considerado como o número de domicílios alugados com média superior a três moradores por dormitório, é um componente do Déficit Habitacional e quando se considera o número de domicílios próprios com média superior a três moradores por dormitório, o adensamento excessivo é um dos indicadores da Inadequação de Domicílios.

5 GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

Esse item engloba os itens 5.1 - Descrição da Estrutura de Governança e 5.9 - Gestão de Riscos e Controles Internos. O item, relacionado abaixo, não se aplica a esta Unidade Prestadora de Contas:

- 5.8 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Algumas considerações relevantes sobre a governança da UPC estão detalhadas no item 4.3.2.

5.1.1 Estrutura de Governança

Esta Unidade Jurisdicionada não conta com uma estrutura formal de Controle Interno no que tange a auditoria. A Lei nº 10.180/2001 que organiza e disciplina dentre outros o sistema de controle interno identifica que o controle interno setorial desta pasta é a Secretaria Federal de Controle Interno, unidade da Controladoria-Geral da União (CGU).

A SNH é instituída com base no Anexo V do Regimento Interno do Ministério das Cidades, aprovado pela Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003. A Secretaria busca promover procedimentos de divulgação e conscientização para todos os seus Servidores e Colaboradores. Existe comunicação por correspondência eletrônica e memorando circular.

Ademais, o sítio do Ministério contém normas, procedimentos, orientações entre outros, a respeito dos Programas gerenciados pela SNH: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades>.

O Ministério também conta com a intranet onde são divulgadas informações para os servidores de todas as secretarias. Os Servidores e Colaboradores devem seguir o Código de Ética do Servidor Público. Também se destaca o uso dos sistemas públicos informatizados que é realizado por servidores concursados e ocupantes de cargos em comissão, cientes das penalidades previstas no Direito Administrativo com relação a quaisquer utilizações inadequadas.

Nos lançamentos efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), para prevenir eventuais equívocos com relação aos valores digitados, a conformidade é feita por servidores distintos daqueles que realizaram as operações.

Na linha de aprimorar o controle interno da Unidade, as áreas técnicas realizam a revisão dos Manuais utilizados para execução das suas ações. Os esforços realizados pela SNH buscam simplificar os formulários e melhorar a consistência das informações prestadas pelos proponentes no momento de inscrição de seus pleitos.

A SNH executa ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica que buscam dinamizar o desempenho público, superar entraves identificados de organização institucional dos agentes integrantes do SNHIS e consolidar as bases de um sistema nacional articulado e integrado.

Além do mais, ressalta-se também que o monitoramento do Programa Moradia Digna possui diretrizes visando alcançar melhores resultados. Os resultados do monitoramento do PPA 2016-2019 encontram-se disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

5.2 Gestão de riscos e controles internos

Após a publicação, por parte do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União e do Ministério do Planejamento, da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, em conjunto com a aprovação da nova Estrutura Regimental do Ministério das Cidades, por meio do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, foram iniciados os trabalhos com vistas à formulação, no âmbito do Ministério das Cidades, de proposta para Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos do Ministério das Cidades, que aplicar-se-á à todas as suas Unidades, quando da sua aprovação, que deverá ocorrer ao longo do exercício de 2017.

A referida Política prevê o estabelecimento de comitê com o objetivo de tratar da governança, riscos e controles, conforme preconiza a Instrução Normativa Conjunta MPDG-CGU nº 1/2016, processo esse que conta com a liderança da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades, que vêm sensibilizando e coletando sugestões junto às demais Unidades da estrutura ministerial.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à UPC, pois estão contemplados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva desse Ministério:

- 6.2 Gestão do Patrimônio e da infraestrutura;
- 6.3 Gestão da Tecnologia da Informação
- 6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

6.1 Gestão de pessoas

Este item trata da gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados. As informações enviadas pelos Recursos Humanos do Ministério das Cidades foram extraídas do SIAPE por meio dos sistemas Extrator de dados e *Data Warehouse* (DW).

As demais informações relativas ao item estão no relatório de gestão da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, uma vez que a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) é a área responsável por desenvolver ações relacionadas à política e Gestão de Pessoas no âmbito do Ministério das Cidades.

Reafirma-se a defasagem de servidores da SNH para desenvolvimento das atividades-fim e meio da UPC. A evasão e a rotatividade nos quadros da SNH prejudicam as atividades tais como: de controle, monitoramento e avaliação.

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 25 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	345*	72	4	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	2	2
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		71	2	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		29	1	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		36	1	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		3	1	3
4. Empregados Públicos (4.1 + 4.2)**		2	0	0
4.1. Empregados Públicos Vinculados ao Órgão		2	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		77	5	16

Fonte: *Date Warehouse*, base de dados de Fev/2017.

* A quantidade de 345 refere-se à lotação autorizada para o Órgão.

** Foi incluída a tipologias 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007).

Quadro 26 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		71
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		71
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		29
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		36
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6
2. Servidores com Contratos Temporários		0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		4
4. Empregados Públicos (4.1 + 4.2)*		2
4.1. Empregados Públicos Vinculados ao Órgão		2
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		77

Fonte: *Date Warehouse*, base de dados de Fev/2017.

* Foi incluída a tipologias 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007).

Quadro 27 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		26	4	7
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		26	4	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		11	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		5	0	1
1.2.4. Sem Vínculo		4	3	5
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Comissionadas Técnicas**		7	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		33	4	7

Fonte: *Date Warehouse*, base de dados de Fev/2017.

* Foi incluída a tipologias 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007)

** A tipologia 2 - Funções Comissionadas Técnicas no lugar de Função Gratificada

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 28 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	TOTAL	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	140.059,61	0	7.731,39	0	29.245,36	0	0	0	177.036,36	
	2015	167.690,40	0	13.974,20	4.992,00	4.476,00	0	0	0	191.132,60	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	820.873,03	288.609,58	187.053,74	51.207,67	220.091,62	34.718,71	1.005.173,90	0	0	2.607.728,25
	2015	776.607,49	255.148,21	171.164,11	62.274,89	177.587,83	32.938,49	895.646,58	0	0	2.371.367,60
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0	834.198,01	79.207,48	36.789,56	0,00	0	30.051,68			980.246,73
	2015	0	842.869,85	89.159,76	31.862,87	0	2.215,02	48.062,14	877,72	0	1.015.047,36
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	435.992,25	0	29.325,21	26.460,14	58016,7	3.791,95	3.660,87			557.247,12
	2015	349.828,99	0	29.559,40	10.118,90	25.839,63	2.371,32	6.528,47	0	0	424.246,71
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	106.966,00	0	23.395,82	6.807,18	27.763,77	4.989,27	139.116,00	38.664,05		347.702,09
	2015	99.323,00	0	16.679,81	6.557,49	21.539,56	2.000,07	133.944,00	0	0	280.043,93
Empregados Públicos** ***											
Exercícios	2016	221.091,37	0	18.176,75	8.067,08	14.368,00	4.959,75		2.057,36		268.720,31
	2015	173.989,68	0	14.499,14	4.833,04	8.952,00	1.216,80	3.234,04	0	0	206.724,70
Contratos Temporários****											
Exercícios	2016	18.873,34	0	1.583,33	1.266,66	1.854,54	0	0	0	0	23.577,87
	2015	45.600,00	0	3.800,00	1.266,66	4.476,00	0	0	0	0	55.142,66

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2017

* Neste ano, todas as despesas com pessoal de todo o Ministério das Cidades foram consolidadas no relatório da Secretaria Executiva

*** Foi incluído a tipologia Empregados Públicos para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007.

*** Os Empregados Públicos cedidos e em exercício nesta Pasta foram consolidados na tipologia "Empregados Públicos";

**** Foi incluída a tipologia "Contrato Temporário"

6.1.3 Atividades de capacitação e gestão de conhecimento e competências dos servidores da SNH no exercício de 2016

Durante o ano 2016, foram realizadas, por meio da Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH) as atividades e ações internas de capacitação relacionadas nas tabelas a seguir, com participação de servidores da SNH.

Ao todo, foram 18 eventos de capacitação e 01 programa de incentivo ao estudo de Idiomas estrangeiros e programas de incentivo à participação em Eventos externos. Também foram encaminhados vários servidores para demandas espontâneas de capacitação, especialmente realizados na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). No exercício também foram realizadas várias atividades de capacitação oferecidas por outras instituições como a CGU.

6.1.4 Atividades de Capacitação dos servidores da SNH

Quadro 29 – Cursos ou atividades de capacitação para servidores oferecidos no âmbito da CGRH

Número.	Curso ou atividade de Capacitação	Número inscritos da <u>SNH</u>
1	Palestra - Resultados com muita qualidade de vidas nas organizações e Equilíbrio Motivador"	1
2	Ciclo de Palestras Autodesenvolvimento	28
3	Minicurso de Extensão em Geoprocessamento e Análise Espacial	5
4	Oficina Transição de documentos físicos para os digitais - SEI	10
5	IX Congresso CONSAD de Gestão Pública	1
6	Palestra de Gestão de Riscos	14
7	Curso: Como fazer a diferença em Apresentações Profissionais	7
8	Curso "Reuniões Eficazes e delegação"	1
9	Workshop sobre SACI para Web	15
10	Curso Gerenciamento de Licitações e Contratos - Mód. II - Contratos Administrativos	2
11	Curso Gerenciamento de Licitações e Contratos - Mód. III - Fiscalização de Contratos Administrativos	2
12	Palestra - Resultados com muita qualidade de vidas nas organizações e Equilíbrio Motivador"	3
13	Curso de Access Básico	3
14	Excel Avançado com VBA	2
15	Palestra - Engajamento e empoderamento: a alma do negócio e Gestão de singularidade	3
16	Curso Monitoramento e Avaliação de Resultados de Projetos no Setor Público	2
17	Palestra - Gestor Coach: Uma necessidade em momentos de crise e mudança e Liderança para diferentes gerações.	1
18	XIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	1

Fonte: CGRH

No ano 2016, em síntese, houve 101 (cento e uma) participações de servidores da própria SNH em atividades de capacitação promovidas pela própria CGRH, considerando as presenças internas e os incentivos à participação externa. O total de servidores capacitados foi de 50 (cinquenta) e os eventos realizados e incentivados (excetuando-se apenas o incentivo aos cursos de idiomas) chegaram a 18 (dezoito) eventos.

No programa de incentivo ao estudo de idiomas – CGRH houve o apoio a 13 (treze) servidores.

Ainda foi oferecido externamente, pela Controladoria Geral da União (CGU), hoje Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, a sétima edição do Curso de Gestão de riscos e Controles Internos, com a participação de 12 servidores da SNH, conforme tabela 3.

Quadro 30 – Cursos oferecidos por outros órgãos governamentais

Número	Programa de incentivo à Capacitação	Número participantes da SNH
01	Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos – 7ª. Edição CGU - 28 a 29 de novembro de 2016. Local: Edifício do DNIT – SAN - Brasília	12

Fonte SNH

6.1.5 Atividades de capacitação de técnicos dos demais entes federados e operadores dos programas e ações federais

No início do ano de 2016, finalizou-se o curso presencial de Pós-graduação (*Master Business Economy* - MBE) em Economia e Gestão da sustentabilidade em Projeto de Habitação de Interesse Social em parceria com o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE-UFRJ, iniciado em 2014. Este curso é destinado à capacitação de técnicos envolvidos com a gestão e controle urbano, licenciamento, contratação, produção, acompanhamento e monitoramento dos Programas Minha Casa, Minha Vida e Urbanização de Assentamentos Precários na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O curso de Pós-graduação contou com a participação de 80 alunos aprovados e com aproveitamento regulamentar.

Foi elaborado no exercício o projeto do curso EAD – Minha Casa, Minha Vida – Entidades, com a Universidade Federal de Santa Catarina, com previsão de início das atividades em 2016, porém, não foi efetivado em função do momento político e da mudança de governo.

6.1.6 Participação de Servidores da SNH em cursos do Programa CAPACIDADES – MCIDADES

No ano 2016 não foram desenvolvidas atividades de capacitação sob a forma presencial. No entanto, dois cursos desenvolvidos sob a modalidade de EAD contaram com a participação de servidores da SNH:

Quadro 31 – Cursos oferecidos pelo portal Capacidades, que tiveram a participação de discentes da SNH.

Número	Cursos EAD - CAPACIDADES	Edições ocorridas em 2016 / Carga horária
01	Curso: Obras Públicas de Edificação e Saneamento – Módulo Planejamento – Turma 01/2016 – Parceria com o Tribunal de Contas da União - TCU	Turma 01/2016 - 50 horas
02	Curso – Programas Urbanos - O Ministério das Cidades: Estruturas e Políticas sob sua responsabilidade -	Turma I - 20 horas
03	Curso – Programas Urbanos – Projetos em Habitação	Turma VII - 10 horas

Fonte: CAPACIDADES/SE

6.1.7 Atualização do Plano Anual de Capacitação da CGRH

No planejamento da capacitação a ser realizada em 2017, foram encaminhadas ao CGRH no ano 2016, duas novas sugestões de desenvolvimento de formação e capacitação de competências, inscritas no quadro 32.

Para todas as competências a serem desenvolvidas, se propôs atividades de desenvolvimento pessoal, visando à melhoria dos trabalhos em equipe e aumento do compromisso e atitude individual, foram propostos conteúdos de:

- a) Ética no Serviço Público;
- b) Liderança e Gerenciamento;
- c) Oficinas de desenvolvimento de trabalhos em equipes,

Quadro 32– Demanda por novos cursos de capacitação para os servidores da SNH

Competência	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA)	Ação de Aprendizagem
Realizar as atividades de Planejamento e gerenciamento orçamentário e financeiro	<ul style="list-style-type: none"> ○ Normativos relativos ao Planejamento orçamentário, às atividades de gestão orçamentária e financeira; ○ Acórdãos e instruções normativas dos órgãos de controle aplicáveis à Gestão Orçamentária e Financeira; ○ Sistemas relativos às operações SIAFI – Operacional e SIOF operacional; ○ Elaboração e redação de diretrizes setoriais para o PPA e para os Planos Orçamentários Anuais; ○ Redação de Relatórios de Gestão e Normas e procedimentos internos aplicáveis à área orçamentária e financeira; ○ Avaliação de riscos nas ações orçamentárias e financeiras; Formular ideias a partir de atos e fatos, apresentando conclusões; ○ Competências do Setor com base no Regimento Interno do Ministério das Cidades. 	<p>Curso Orçamento Federal Curso de Gestão financeira Cursos sistemas SIOF e SIAFI (operacional e gerencial) Curso de redação oficial</p>
Monitorar gastos públicos avaliando periodicamente aspectos quantitativos e qualitativos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Normativos relativos ao Planejamento orçamentário, às atividades de gestão orçamentária e financeira; ○ Acórdãos e instruções normativas dos órgãos de controle aplicáveis à Gestão Orçamentária e Financeira; ○ Análises orçamentárias e financeiras setoriais; Sistemas relativos às operações SIAFI – Operacional e SIOF operacional; ○ Sistemas de indicadores complexos relacionando os gastos e a efetividade social dos mesmos; ○ Elaboração e redação de pareceres, relatórios e Notas Técnicas; Redação de Relatórios de Gestão orçamentária e Financeira; ○ Normas e procedimentos internos aplicáveis à área orçamentária e financeira; Formular ideias a partir de atos e fatos, apresentando conclusões; ○ Melhoria de competências do Setor com base no Regimento Interno do Ministério das Cidades. 	<p>Curso de gestão orçamentária e financeira no âmbito federal e setorial</p> <p>Curso e oficinas de indicadores complexos e qualitativos aplicados a investimentos públicos Cursos de oficinas de tratamento espacial dos dados.</p>
Gerar políticas de requalificação e melhoria habitacional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Normativos relativos a desempenho e qualidade da habitação; Indicadores aplicados à melhoria habitacional; ○ Sistemas de indicadores complexos relacionando os gastos e a efetividade social dos mesmos; ○ Gestão espacial e social de informações; Elaboração e redação de pareceres, relatórios e Notas Técnicas; ○ Redação de Relatórios de Gestão orçamentária e Financeira; Normas e procedimentos internos aplicáveis à área orçamentária e financeira; ○ Formular ideias a partir de atos e fatos, apresentando conclusões; Melhoria de competências do Setor com base no Regimento Interno do Ministério das Cidades. 	<p>Curso de indicadores e técnicas aplicadas à avaliação da melhoria habitacional Curso de Metodologia e estatística aplicada Curso de Tratamentos espaciais das informações</p>
Acompanhar a efetividade dos investimentos dos programas sociais de habitação e a efetividade do Cartão Reforma.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Indicadores quantitativos e qualitativos aplicados à avaliação de programas sociais, com foco na habitação de interesse social; ○ Sistemas de indicadores complexos relacionando os gastos e a efetividade social dos mesmos; ○ Gestão espacial e social de informações; Métodos econométricos de avaliação de Programas Sociais; ○ Formular ideias a partir de atos e fatos, apresentando conclusões. 	<p>Curso de Métodos econométricos aplicados à programas sociais Curso de Metodologia e estatística aplicadas ao estudo da melhoria habitacional Cursos sobre os subsistemas do PBQPH.</p>

Fonte: CGRH

6.1.8 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Esse item será apresentado no relatório de gestão da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

6.1.9 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O Ministério das Cidades possui Norma Interna de Estágio que define, entre outras coisas, a política de contratação dos estudantes, pautando-se das orientações gerais da Lei nº 11.788/2008 e da ON/SEGRT/MPOG nº 02/2016. De acordo com a referida norma o processo de contratação é realizado após o recrutamento, que consiste na divulgação das vagas de estágio feita periodicamente nas instituições de ensino. Uma vez recebido os currículos dos candidatos é realizado uma prévia seleção curricular que verifica o atendimento dos requisitos básicos como idade e matrícula em instituição de ensino.

Após essa etapa é realizado o agendamento de entrevista presencial com o objetivo de verificar o perfil social, histórico acadêmico, direcionamento de interesse, motivação, comunicação oral, entre outros. Ressalta-se também que os candidatos preenchem um formulário com questões de cunho subjetivo sobre o interesse na vaga, escolha do curso e expectativa quanto ao estágio, além de questões relacionadas às possíveis competências que já possuem e que tenha relação com as atribuições que a vaga de estágio exige.

No processo seletivo de educação superior, os supervisores dos estagiários que tiverem interesse e disponibilidade para participar da entrevista presencial, podem fazê-lo, com o intuito de conhecer os candidatos e explanar sobre as atividades que o setor demandante realiza. O processo final de escolha é feito pelo supervisor demandante, após análise dos currículos de estudantes que já tenham realizado a entrevista presencial.

Quanto às exigências acerca da especialização, informa-se que no momento do recrutamento é observado se o supervisor atende o requisito legal de experiência ou formação na área de atuação/graduação do estudante, além de verificado a compatibilidade das atribuições especificadas no plano de atividades descrito com as ações a serem desempenhadas pelos estagiários considerando o curso e semestre que ele estuda, sendo todo este processo orientado pelo detalhamento especificado no campo “perfil desejado” que consta no Formulário Solicitação de Estagiário enviado pelas áreas demandantes.

Acerca dos limites e impedimentos de contratação, o MCidades segue a Orientação Normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) nº 02/2016.

Os quadros 33 e 34 demonstram a evolução do quantitativo de estagiários na SNH.

Quadro 33 – Demonstrativo de contratações de estagiários – Ano 2015

EXERCÍCIO 2015					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	10	8	7	56.223,19
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	9	10	8	7	56.223,19
2. Nível Médio	4	5	3	3	12.335,43
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	4	5	3	3	12.335,43
3. Total (1+2)	13	15	11	10	68.558,62

Fonte: *Date Warehouse*, base de dados de Fev/2017

Quadro 34 – Demonstrativo de contratações de estagiários – Ano 2016

EXERCÍCIO 2016					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	5	7	42.788,32
1.1 Área Fim	6	6	5	7	42.788,32
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	3	2	3	2	8.249,66
2.1 Área Fim	3	2	3	2	8.249,66
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	9	8	8	9	51.037,98

Fonte: *Date Warehouse*, base de dados de Fev/2017

7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esse tópico trata das estruturas existentes na SNH que permitem um canal de comunicação do cidadão com a unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade e as medidas para garantir a acessibilidade no âmbito da Unidade.

Entretanto, os itens 7.2; 7.3, 7.4 da Portaria TCU nº 59/2016 não se aplica à SNH, pois a Secretaria não presta serviços de forma direta ao cidadão:

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão;

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários e

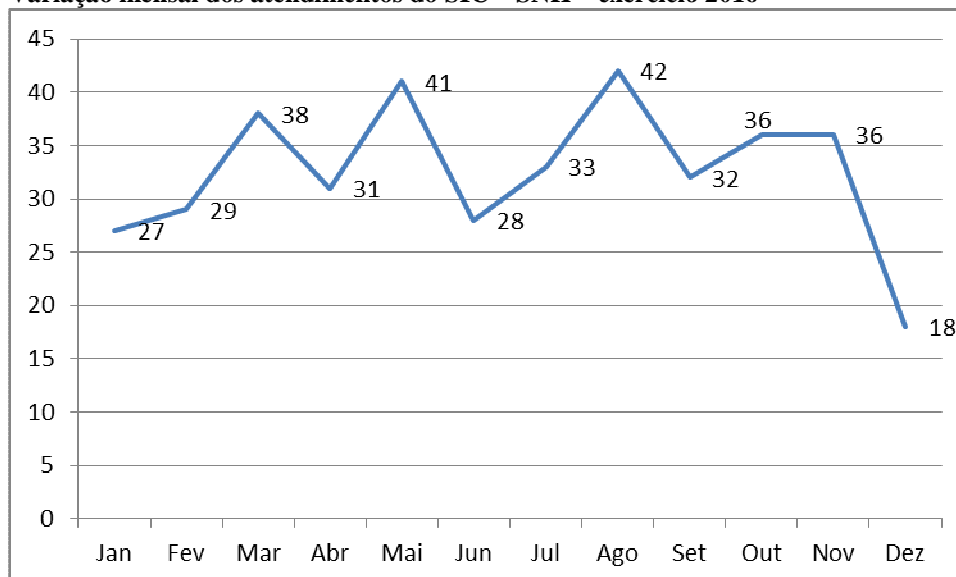
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

7.1 Canais de acesso do cidadão

7.1.1 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Desde a entrada em vigor da Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011), a Secretaria Nacional de Habitação apresenta informações de forma contínua. Durante o ano 2016, respondeu a 391 (trezentos e noventa e um) pedidos de informações, o que corresponde a 30% da totalidade dos pedidos dirigidos ao Ministério das Cidades. Em média, são 33 pedidos respondidos por mês, mas com uma variação a ser observada no gráfico indicado na figura 3, abaixo:

Figura 3 – Variação mensal dos atendimentos do SIC – SNH – exercício 2016



Fonte: SIC MCidades

De todos os 391 pedidos, 100 % (cem por cento) foram respondidos, sendo que 99% (noventa e nove por cento) dentro do prazo e 1% (um por cento) com prazo expirado, tendo em vista a dependência de informações dos colaboradores externos.

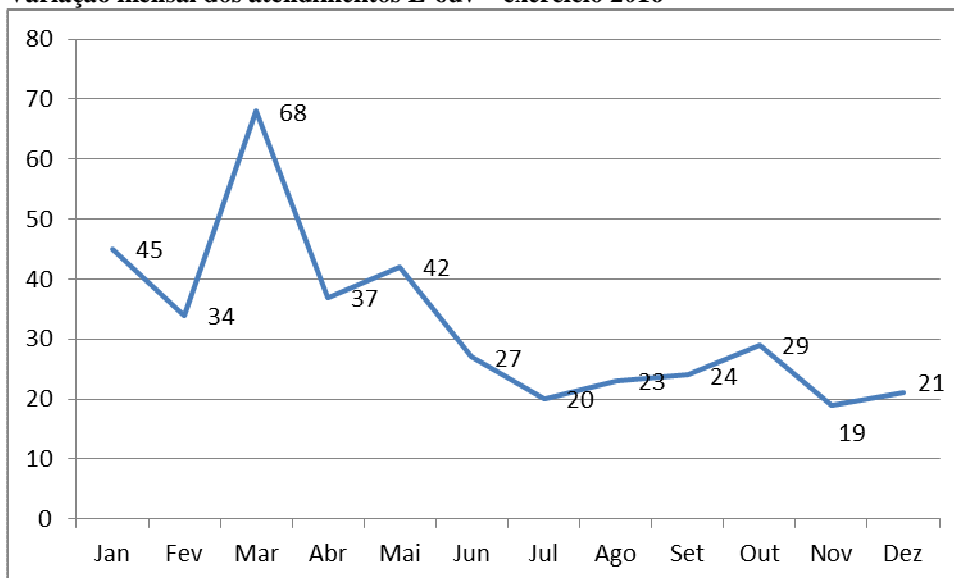
Dos recursos apresentados ao SIC-MCidades, 35 foram em 1ª instância, solicitando informações complementares ou adicionando questões à demanda. Esse grupo corresponde a 8,9% do total. Em 2ª instância foram apresentados 6 pedidos, correspondendo a 1,5 % e,

ainda, em 3ª instância foram apresentados 2 pedidos, correspondendo a 0,5% dos pedidos totais.

7.1.2 Ouvidoria eletrônica (E-OUV)

Por meio do sistema de ouvidoria eletrônica, a SNH atendeu 389 atendimentos, o que corresponde a 63% dos atendimentos totais do Ministério das Cidades. Em média, foram 32 solicitações por mês, cuja variação mensal ocorreu da forma demonstrada no gráfico indicado na figura no. 4 a seguir:

Figura 4 – Variação mensal dos atendimentos E-ouv – exercício 2016



Fonte: SIC MCidades

Destes, 374 foram respondidos em tempo hábil, correspondendo a 96 %. Os 4% restantes, foram respondidos um pouco depois do prazo legal. O atraso se justifica pela dependência de informações que foram prestadas por operadores e colaboradores externos.

7.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

As informações gerais da Secretaria Nacional de Habitação estão disponibilizadas em seu site no seguinte link: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades>.

8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os itens identificados abaixo serão informados pela Setorial Contábil por meio do relatório de gestão da UPC Secretaria Executiva do Ministério das Cidades:

- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos;
- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e
- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE – CONTROLE INTERNO

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à UPC, pois estão contemplados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva desse Ministério:

- 9.5 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

9.1 Atendimento das determinações e recomendações do TCU

Durante o exercício de 2016, esta Secretaria Nacional de Habitação (SNH) recepcionou acórdãos relacionados aos Programas sob sua gestão, prolatados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), contendo determinações, recomendações e encaminhamentos para ciência.

A maioria dos mencionados acórdãos foi enviada para ciência das deliberações daquela Corte de Contas, em geral relacionados a decisões concernentes a julgados anteriores.

Os demais trouxeram determinações e recomendações, cujo atendimento se resume, a seguir:

- Seis determinações atendidas;
- Treze determinações parcialmente atendidas ou em processo de atendimento;
- Doze recomendações atendidas;
- Cinco recomendações parcialmente atendidas ou em processo de atendimento.

As determinações e recomendações parcialmente atendidas ou em processo de atendimento, em geral, dizem respeito àquelas que demandam ações mais complexas e/ou dependentes de terceiros, tais como agentes ou instituições financeiras, agentes operacionais e entes federativos, bem como estudos de aprimoramento de normativos e manuais de seleção e acompanhamento da execução dos programas geridos por esta SNH.

Cabe destacar que em 2016 foi estabelecido o Acórdão nº 2456/2016-TCU-Plenário, em 30/09/2016, processo nº TC-016.801/2015-6, relacionado ao relatório de auditoria, realizada no âmbito da Organização Latino Americanas do Caribe de Entidades Fiscalizadas Superiores (Olacefs), avaliando a política e as obras de habitação social do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, em território nacional.

Ainda em 2016 deu-se continuidade as providências para atendimento ao Acórdão 2255/2014 P, cujo recurso foi julgado nos termos do Acórdão 1235/2016 P. O plano de ação visando atendimento as determinações e recomendações do referido Acórdão encontra-se em monitoramento.

9.1.1 Formas de acompanhamento das deliberações do TCU

Esta SNH recepciona as deliberações emanadas do TCU mediante remessa oriunda da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) deste Ministério das Cidades, que são encaminhadas ao Núcleo de Atendimento aos Órgãos de Controle da SNH, equipe criada com a finalidade de encaminhar e acompanhar, até que sejam plenamente atendidas, as demandas oriundas dos órgãos de controle, bem como do Ministério Público Federal e Estaduais, Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública, Entes Federativos e órgãos afins. Esta equipe conta atualmente com um gerente de projeto, dois assessores técnicos e três técnicos de nível superior.

As atividades inerentes à consecução dos macroprocessos são executadas com base nos dispositivos legais e infralegais pertinentes ao assunto objeto da demanda, bem como, nos

demais subsídios e orientações ofertadas pelos gestores dos Programas no âmbito da SNH e das Instituições Financeiras que executam o programa, se for o caso.

A atuação deve contemplar ainda rigoroso cumprimento dos prazos de atendimento das demandas, bem como a clareza necessária à compreensão dos questionamentos dos requisitantes das informações ou esclarecimentos.

No exercício de 2016 foram recepcionados 493 processos, cuja média mensal tramitada encontra-se em torno de 41 processos. Dentre os questionamentos demandados, aproximadamente 70% referem-se ao PMCMV, os quais destacam-se as questões gerais sobre o Programa, sem abordar uma modalidade específica e, na sequência, às operações realizadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e a modalidade Oferta Pública de Recursos.

Os demais programas/modalidades, sob gestão da SNH, quais sejam, aqueles relacionados à Habitação de Interesse Social, Urbanização de Assentamentos Precários, outros programas habitacionais descontinuados, como o Programa de Habitação de Interesse Social - PSH e o Programa de Crédito Solidário – PCS, totalizaram 19,7% das demandas encaminhadas ao Núcleo.

9.1.2 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Conforme pesquisa efetuada junto à AECI, se constatou que não existem deliberações determinações ou recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização do presente Relatório de Gestão.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações oriundas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) são gerenciadas e comunicadas por meio do Sistema Monitor. Ao longo do exercício de 2016, a CGU encaminhou a esta UPC vinte e três novas recomendações. Outrossim, considerou atendidas dezessete recomendações.

Em consulta realizada na data base de 31/12/2016, este indicava um montante de cento e vinte e duas recomendações em monitoramento, das quais trinta e oito aguardavam análise, por parte do OCI, das respostas apresentadas por esta SNH. Destas, trinta e quatro se referem à Auditoria Especial promovida no âmbito da Oferta Pública de Recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que constitui o objeto do Relatório de Auditoria Especial nº 00190.007767/2013-01, o qual compila as constatações existentes nas Ordens de Serviço (OS's) nº 201308264 e nº 201317092. Referidas recomendações versam, em sua quase totalidade, sobre aspectos relativos à execução de unidades habitacionais.

O Sistema Monitor registrava, ao final do exercício em comento, quarenta e oito recomendações pendentes de manifestação por parte desta SNH, as quais se relacionam às demais modalidades do PMCMV, bem como a convênios e/ou contratos de repasse firmados com os entes públicos, envolvendo questões concernentes à execução das obras contratadas e aos recursos financeiros das operações, dentre outros. Em geral, referidas manifestações guardam dependência com a obtenção de informações de terceiros, tais como agentes ou instituições financeiras, agentes operacionais e agentes executores.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

As informações contidas nesse item referem-se à Unidade Gestora (UG) 175004 da Unidade Orçamentária (UO) 56101 – Ministério das Cidades e não especificamente à UPC SNH, e está devidamente representado no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva dessa pasta.